

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

GIVALDO ALVES SILVA DE SOUZA

PROJETO COOPERAR:

Levantamento histórico da política de combate à pobreza rural no estado da Paraíba em parceria com o Banco Mundial.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal da Paraíba-UFPB como requisito parcial para a obtenção do título Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Dr. Maurício Sardá de Faria.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S729p Souza, Givaldo Alves Silva de.

Projeto COOPERAR: levantamento histórico da política de combate à pobreza rural no Estado da Paraíba em parceria com o Banco Mundial. / Givaldo Alves Silva de Souza. – João Pessoa: UFPB, 2015.
91f.:il

Orientador (a): Prof^o. Dr^o. Mauricio Sarda de Faria.
Monografia (Graduação em Tecnologia em Gestão Pública) – UFPB/CCSA.

1. Projeto COOPERAR. 2. Políticas públicas. 3. Enfrentamento a pobreza – zona rural. 4. Paraíba. I. Título.
UFPB/CCSA/BS CDU:35:316.43(813.3)(043.2)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

Comunicamos à Coordenação de Monografia do Curso de Graduação em Gestão Pública que o aluno Givaldo Alves Silva de Souza, Matrícula 11026822, intitulada "**PROJETO COOPERAR: Levantamento histórico da política de combate à pobreza rural no estado da Paraíba em parceria com o Banco Mundial**". Foi submetida à apresentação da Comissão examinadora, composta pelos seguintes professores: Prof. Dr. Mauricio Sardá de Faria (orientador); Professor Dr. Marco Antônio de Castilhos Acco (examinador) e o Gestor do Projeto Cooperar no Estado da Paraíba Roberto da Costa Vital (examinador), no dia 23 de novembro de 2015, às 9:00 horas, no período letivo de 2015.1.

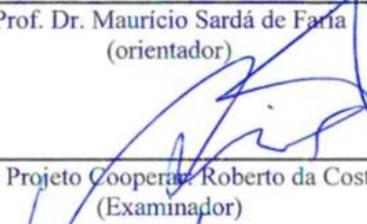
A monografia foi aprovada pela Comissão Examinadora e obteve nota 10 (dez).

Reformulações sugeridas: Sim () Não ()

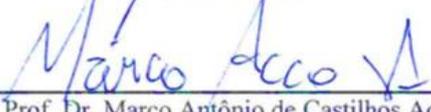
Atenciosamente,



Prof. Dr. Mauricio Sardá de Faria
(orientador)



Gestor do Projeto Cooperar Roberto da Costa Vital
(Examinador)



Prof. Dr. Marco Antônio de Castilhos Acco
(Examinador)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à amada esposa, Otaciana Soares da Silva, que me apoia constantemente nos meus objetivos, como também aos meus pais Gilmário Alves de Souza e Helena Alves Silva de Souza que sempre foram um grande exemplo de luta e honestidade. Aos meus irmãos Ginaldo Silva de Souza e Gioval Silva de Souza por permanecerem ao meu lado nos momentos mais difíceis.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus que é a causa, motivo e objetivo da minha existência, e que permitiu realizar este momento singular na minha vida. Também agradeço aos meus pais, aqueles que me educaram com muita dedicação e amor, não podendo esquecer do Professor Maurício Sardá o qual me orientou com muita propriedade e o Professor Marco Acco que contribuiu com relevante observações. E em especial ao Roberto da Costa Vital, atual Gestor do Projeto Cooperar, que sempre acreditou no meu potencial e me concedeu inúmeras oportunidades. Por fim agradeço a toda equipe do Projeto Cooperar na pessoa do consultor Assis Melo, que ajudou na construção deste trabalho com dicas fundamentais.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar um breve histórico da política de enfrentamento à pobreza rural no estado da Paraíba, realizada em parceria com o Banco Mundial, que já vem sendo implementada a mais de 35 anos. Neste período, a unidade técnica do Governo do Estado que executa o programa recebeu diversos nomes fantasias, como: Comissão Estadual de Planejamento Agrícola-CEPA, Projeto Nordeste-PB e, por último, Projeto Cooperar. No início será abordada a questão histórica que justifica a aplicação por parte do estado da política de combate da pobreza rural, como também das características do Estado da Paraíba no seu aspecto geográfico, social e cultural. Realizamos um resgate da história institucional dessa política pública na Paraíba, apresentado sua evolução, características e resultados obtidos desde a sua fundação até os dias atuais.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto COOPERAR; Políticas públicas; Enfrentamento a pobreza rural da Paraíba.

ABSTRACT

This work intends to present a brief report about the anti-poverty policies in Paraíba implemented in partnership with the World Bank for over 35 years. During this time the technical unit of state government running the program received several names like: Comissão Estadual de Planejamento Agrícola-CEPA, Projeto Nordeste-PB and finally Projeto Cooperar. At the beginning will be presented the historical issues that justify the policies to combat rural poverty implemented by the state government, as well as the Geographic, social and cultural characteristics. Conducted a rescue of institutionally history of this public policy in Paraíba. Presenting its evolution, characteristics and results since its foundation until the present day.

Keywords: Projeto Cooperar; public policy; Tackling rural poverty of Paraíba.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01-Divisão das áreas de atuação das gerencia do Projeto Cooperar	44
Mapa 02-Áreas de atuação do Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor-PAPP	51
Mapa 03-Priorização dos 100 municípios com maior vulnerabilidade agroclimática	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01- Demanda de investimento por tipo de subprojeto do Projeto Cooperar I	58
Gráfico 02- Atendimento de demanda por tipo de subprojeto do Projeto Cooperar I	58
Gráfico 03- Subprojeto aprovado, por tipo, Cooperar II	62
Gráfico 04- Valor conveniado por tipo de subprojeto II	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Programas e Projetos direcionados para o desenvolvimento e combate a pobreza rural resultados da parceria entre o Governo da Paraíba e o Banco Mundial _____	15
Tabela 02- Preço de produtos alimentício no ano de 1961 _____	27
Tabela 03- Participação de cada setor na composição do Produto Interno Bruto do Nordeste _____	37
Tabela 04- Índice sanitário da Paraíba em 1963 _____	38
Tabela 05- Plano de Financiamento do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado-PDRI _____	40
Tabela 06- Percentual do valor global por componente do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado-PDRI _____	40
Tabela 07- Comissão Interministerial para a implantação do Projeto Nordeste _____	43
Tabela 08 - Etapas de elaboração e contratação do Empréstimo junto ao Banco Mundial para financiar o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor-PAPP _____	47
Tabela 09- Recursos utilizados na primeira etapa do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural-PAPP e a distribuição de recursos por modalidade _____	51
Tabela 10- Principais resultados alcançados entre 1987 a 1989 _____	51
Tabela 12- Plano de financiamento do Projeto de Redução da Pobreza Rural _____	54
Tabela 11- Desempenho Geral do Projeto de Combate a Pobreza Rural-PCPR _____	61
Tabela 13- Etapas e cronograma do processo de elaboração do Cooperar II _____	63
Tabela 14- Indicadores do Projeto de Redução da Pobreza Rural-PRPR _____	63
Tabela 15- Desempenho do Projeto de Redução da Pobreza Rural-PRPR _____	66
Tabela 16- Quantidade de subprojetos financiado com perspectiva a promoção do fortalecimento a questão de gênero _____	66
Tabela 17- Plano de Financiamento do Projeto Paraíba Rural Sustentável _____	67
Tabela 18- Componentes do Projeto Paraíba Rural Sustentável _____	67
Tabela 19- Alguns Indicadores De Desempenho Do Fortalecimento Institucional _____	70
Tabela 20- Indicadores utilizado para priorizar os 100 municípios. _____	71

LISTA DE ABREVIACÃO E SIGLAS

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CEPA-Comissão Estadual De Planejamento Agropecuário

CMDRS- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

DNOCS- Departamento Nacional de Obras Contra a Seca.

FUMAC- Fundo Municipal de Apoio Comunitário

FUMAC-P- Fundo Municipal de Apoio Comunitário Piloto

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEME-Instituto de desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-M- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MIS- Sistema de Monitoramento e Informação

ONGs- Organização das Não-Governamentais

PAPP-Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

PCPR-Projeto de Combate a Pobreza Rural

PDRI- Programa de Desenvolvimento Rural Integrado

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRPR-Projeto de Redução da Pobreza Rural

SEAFDS- Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido

SEDAP- Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Agricultura e Pesca.

SEPLAG- Secretariade Estado de Planejamento e Gestão

SUDENE- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Sumário

<i>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)</i>	2
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO DA POBREZA RURAL NA PARAÍBA.	18
<i>I.1-Dominação e evolução histórico-social da Paraíba como justificativa da pobreza rural.</i>	18
<i>I.2- Características gerais da pobreza rural na paraíba.</i>	24
<i>I.3 - O Banco Mundial e as ações de combate à pobreza nos países em desenvolvimento.</i>	29
<i>I. 4- Projeto Cooperar, conselhos de desenvolvimento rural e sua evolução no Estado da Paraíba:</i>	33
CAPÍTULO II – ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO PROJETO COOPERAR	36
<i>II.1 – A Política de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI) – 1978 - 1986.</i>	36
<i>II.2- Projeto Nordeste-PB(PAPP) e seus resultados.(período 1987-1996)</i>	43
CAPITULO III – PROJETOS COOPERAR I e COOPERAR II	54
<i>III.1 –COOPERAR I: Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR) – 1998-2006</i>	54
<i>III.2 - COOPERAR II - Projeto de Redução da Pobreza Rural(PRPR) – 2010-2014</i>	63
<i>Quanto ao desempenho do Projeto, a tabela abaixo traz um quadro geral da execução.</i>	67
CAPÍTULO IV - PROJETO COOPERAR III: Paraíba Rural Sustentável– (2016-2021)	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
Bibliografia	79
APÊNDICE	82
<i>APÊNDICE A- leis e decretos relacionados com a criação, regulamentos e transformação do projeto cooperar.</i>	82
<i>APÊNDICE B- nordeste – número e área dos estabelecimentos agrícola-1940-1960.</i>	83
ANEXO	84
<i>ANEXO A- organograma do Projeto Nordeste- 19985</i>	84
<i>ANEXO B- Organograma do Projeto Nordeste depois de ser reformulado- 1993</i>	85
<i>ANEXO C- Organograma do Projeto Cooperar 1997</i>	86
<i>Anexo C- Organograma do PB Rural Sustentável-2015.</i>	86
<i>ANEXO D- Lei que Dispõe sobre a unificação Dos Conselhos Municipais.</i>	87
<i>ANEXO E- Lei que autoriza o Governo do Estado da Paraíba a contratar empréstimo ao Banco Mundial.</i>	89
<i>ANEXO F- Decreto que cria o novo conselho do PB Rural Sustentável.</i>	90

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a história institucional do Projeto Cooperar, ação desenvolvida pelo Governo do Estado da Paraíba em parceria com o Banco Mundial, que consideramos representar uma das mais importantes políticas públicas de enfrentamento à pobreza rural e apoio à agricultura familiar e aos assentamentos de reforma agrária no estado.

Historicamente, a seca tem sido um dos principais promotores da geração e perpetuação da pobreza rural, já que seus efeitos colaterais refletem em toda a história da Paraíba, agravada pelo baixo investimento dos governos em obras e serviços direcionados para a convivência do homem com a seca.

Nesta situação, o Projeto Cooperar tem a característica de recuperar e potencializar o processo de produção da agricultura familiar, fortalecimento da reforma agrária, realizando investimentos em infraestrutura, equipamentos e máquinas agrícolas através das suas associações representativas, que demandam propostas e executam os investimentos.

Como objetivo institucional, o Cooperar busca incentivar a ação comunitária que compreende a união dos agricultores de certo território no combate às adversidades locais, ampliando a produção e comercialização de alimentos e outras atividades econômicas.

De forma geral, “O Projeto Cooperar do Estado da Paraíba tem como pilares de atuação o apoio ao Cooperativismo e Associativismo, na identificação, no planejamento, na execução e na operação dos seus investimentos” (OLIVEIRA, 2006, p. 14).

Entendemos o Projeto Cooperar como parte de uma política muito mais ampla, que ultrapassa as fronteiras do Estado da Paraíba, Nordeste e até do Território brasileiro, já que é parte de uma política internacional para combater a Pobreza e a Desigualdade que são desenvolvidos pelo Banco Mundial e Estados Nacionais.

O início dessa política nos remete ao começo dos anos 1970, quando o Governo Federal criou o Polonordeste objetivando promover o desenvolvimento a partir da estratégia de criação de polos regionais. Dentre as políticas que acompanhavam essa estratégia, está o Programa de Desenvolvimento Regional Integrado (PDRI), que tinha como orientação a integração das diversas ações do governo visando a promoção do desenvolvimento regional.

Inicialmente, coube à Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA) a coordenação a implementação do POLONORDESTE nas regiões de Cariris de Princesa e no Vale do Piancó. A Comissão Estadual de Planejamento Agropecuário (CEPA)¹, do Governo da Paraíba, iniciou a execução do primeiro PDRI em 1978 com recursos oriundos do Empréstimo n° 1537-BR obtido junto ao Banco Mundial. Em 1987 a CEPA foi incorporada à FUNDAP (órgão de terra), resultando no atual INTERPA.

Ao mesmo tempo, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) respondia por todo o Nordeste brasileiro na implantação e viabilização de programas regionalizados, mas mantendo a gestão de forma centralizada no Governo Federal

Com a redemocratização do país, o Governo Federal extingue o Polonordeste e cria o Projeto Nordeste, vinculado à SUDENE, que traz novos direcionamentos. Na Paraíba, este Projeto foi implantado a partir de 1987 com os recursos do Empréstimo n° 2860-BR, também do Banco Mundial, para a execução do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP). O responsável pela execução do PAPP foi o Projeto Nordeste-PB, direcionado para algumas regiões específicas. A característica desse projeto era ainda a centralização das decisões no plano federal, através da SUDENE e do Conselho de Desenvolvimento Rural (CONDERU²), este último do Estado da Paraíba.

Em 1993 o PAPP sofre uma reestruturação, tornando-se mais descentralizado, agora permitindo que os beneficiários também participassem da implantação dos subprojetos. No fim do Contrato de Empréstimo n° 2860-BR, a SUDENE deixa de ser interlocutora e agora os Governos Estaduais tomam a responsabilidade dos encargos dos empréstimos com o Banco Mundial, sendo o Governo Federal apenas fiador do Empréstimo.

Na Paraíba, o Projeto Nordeste se transforma no Projeto Cooperar em 1997, sendo a Unidade Técnica a responsável pela execução dos programas. Em 1998 o Governo do Estado da Paraíba contrata junto ao Banco Mundial o Empréstimo n° 4251, que financiará o Projeto de Combate a Pobreza Rural (PCPR), parte de uma política do Governo Federal junto com o Banco Mundial para os Estados do Nordeste brasileiro, e que em 2006 teve suas atividades encerradas.

¹ A Comissão Estadual de Planejamento Agropecuário (CEPA) foi a primeira Unidade Técnica no Estado da Paraíba que executou um programa em parceria com o Banco Mundial voltado para o setor rural. A CEPA era responsável pelo planejamento, organização e execução dos investimentos.

² O CONDERU se dividia em duas comissões que, por sua vez, tinham como missão formular políticas para o setor rural. As comissões recebiam o nome de Comissões Paritárias, sendo a primeira a Agropecuária e a segunda Hídrica.

Em 2011 o Projeto Cooperar volta a funcionar na execução de mais um Programa, que teve os recursos do Banco Mundial provenientes do Empréstimo nº 2876-BR para a execução do Projeto de Redução da Pobreza Rural (PRPR).

Atualmente, o Governo do Estado da Paraíba se encontra em meio a um novo pedido de empréstimo junto ao Banco Mundial para a efetivação do Projeto Paraíba Rural Sustentável, que terá duração de seis anos, sendo o total de investimento previsto na ordem de US\$ 80,0 milhões, sendo US\$ 50,0 milhões do Banco Mundial e US\$ 30,0 milhões do Estado da Paraíba.

Como veremos adiante, ao finalizar a execução de cada Projeto com o Banco Mundial, realiza-se uma avaliação dos resultados, da eficiência e eficácia dos investimentos. Os Técnicos do Banco Mundial participaram de todos os processos de construção de Programa e Projetos juntamente com os técnicos locais, abrangendo todo processo de construção, execução e avaliação da política

Nesse sentido, o presente trabalho considera a paisagem histórica do momento da implantação da política, como foi o caso do PDRI, no final do Regime Militar, até os dias atuais com o início do Projeto Paraíba Rural Sustentável. No âmbito do Estadual, as conformações político-partidárias resultaram em diretrizes específicas na execução do Programa, como veremos adiante.

Sendo assim, o presente trabalho sobre o Projeto Cooperar levará em consideração os diferentes momentos histórico-político da Paraíba, e sua materialização nas parcerias do Governo do Estado com o Banco Mundial no que diz respeito ao Combate da Pobreza Rural. Trata-se de tentar compreender a conformação do Projeto Cooperar durante a sua longa trajetória que vai dos anos de 1978 a 2015, apresentando resultados e características de cada programa executado pelo governo do Estado.

Apresentamos abaixo na Tabela 01 os Programas/Projetos que serão abordados neste trabalho:

Tabela 01-Programas e Projetos direcionados para o desenvolvimento e combate a pobreza rural resultados da parceria entre o Governo da Paraíba e o Banco Mundial

Nome do Programas/Projetos	Período	Valor em (US\$) /milhões	Nome Fantasia da Unidade Técnica Executora.
Programa de Desenvolvimento Rural Integrado-PDRI ³	1978-1986	24,0	CEPA
Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural-PAPP	1987-1996	60,0	PROJETO NORDESTE
Projeto de Combate a Pobreza Rural-PCPR	1998-2006	80,0	PROJETO COOPERAR I
Projeto de Redução da Pobreza Rural-PRPR	2010-2014	27,3	PROJETO COOPERAR II
Projeto Paraíba Rural Sustentável-PPRS	2016-2021	80,0	PROJETO COOPERAR III

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPIA.

Como objetivo geral do presente trabalho, pretendemos contribuir para a memória das políticas públicas de desenvolvimento e Combate à Pobreza Rural realizadas pelo Governo da Paraíba em parceria com o Banco Mundial no período de 1978 a 2015, recuperando e sistematizando as ações, políticas e programas implementados nessa trajetória que culminou no atual Projeto Cooperar, seu desenvolvimento institucional, as principais realizações e os resultados obtidos.

Como objetivos específicos, definimos inicialmente a intenção de compreender a origem, etapas, objetivações e transformações verificadas no processo de construção histórico-institucional da política de combate à pobreza na Paraíba; também incorporamos o objetivo de levantar dados quantitativos dos subprojetos implantados nos diferentes períodos históricos; e por último analisar os resultados dos programas realizados pelo estado em parceria com o Banco Mundial para o enfrentamento à pobreza rural e as políticas direcionadas para o homem do campo.

A pesquisa possui caráter eminentemente exploratório e descritivo, na medida em que procurou identificar, organizar as informações disponíveis e sistematizar as etapas históricas da política de combate rural na Paraíba, enquanto condição indispensável para a realização de uma análise de maior envergadura com propósitos avaliativos.

³ Primeiro programa em parceria com o Banco Mundial no Estado da Paraíba.

A construção deste trabalho utiliza dados primários que foram coletados diretamente nos arquivos do Projeto Cooperar e do site do Banco Mundial, compreendendo, principalmente: Manual de Operação (este que é o instrumento de consulta e procedimento a ser tomado nas diversas etapas de implantação do Projeto, como também no conceito de subprojeto a ser implantado), Relatórios do Banco Mundial que estão no site do mesmo, relatórios de conclusão do projeto elaborado pelo Projeto Cooperar e também dados secundários decorrentes de estudos acadêmicos e publicações técnicas do Projeto Cooperar e do Governo do Estado da Paraíba.

Cabe destacar que, até onde se sabe, é que não temos conhecimento de qualquer outra publicação ou trabalho acadêmico que aborde a história do Projeto Cooperar desde a sua criação até os dias atuais. Pressupomos que o momento atual vivido pelo Projeto Cooperar pode ser compreendido a partir da recuperação da trajetória institucional da política pública, seus avanços, dilemas e desafios. O de se Sendo assim, pretendemos contribuir para o surgimento novas pesquisas sobre o tema.

A exposição da pesquisa se divide em duas partes, além da introdução, sendo que a primeira aborda: O Estado da Paraíba em sua perspectiva geográfica, histórica, populacional, socioeconômica e climáticos, além de tratar sobre a evolução do conselho de agricultura como palco de conquista para a democratização da política pública para o homem do campo.

Na segunda: aborda o Projeto Cooperar, em sua estrutura, funcionamento, competência e objetivos, tratando sobre o processo histórico em suas etapas. Como também os resultados dos programas executados desde o início em 1978 com o Programa de Desenvolvimento Rural Integrado-PDRI até em 2014 com o Programa de Redução da Pobreza Rural-PRPR. Por fim, apresentação do novo Projeto Cooperar III que executará o Projeto Paraíba Rural Sustentável-PPRS algumas considerações finais, e ressaltando temas e problemas para estudos posteriores.

CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO DA POBREZA RURAL NA PARAÍBA.

1.1-Dominação e evolução histórico-social da Paraíba como justificativa da pobreza rural.

O Estado da Paraíba é fruto, historicamente, de freqüentes batalhas pela posse da terra, assim afirma José Octávio em seu livro *História da Paraíba Lutas e Resistência*: “A Paraíba nasceu sob o signo de luta que se transformou em resistência e vida” (OCTÁVIO, 1995, P. 25).

Inicialmente, a principal economia da Paraíba já em meados de 1500 era a cana-de-açúcar. Por interesse da Metrópole, os portugueses utilizavam a mão-de-obra escrava vindo da África e dos próprios nativos: “Este por último tinha sua atividade agrícola baseada na agricultura de subsistência” (OCTÁVIO, 1995, p. 36).

A organização dos nativos fundamentava-se na propriedade comum da terra que pertencia a toda tribo, para coleta de árvores nativa e plantações de mandiocas que extraía a bebida fermentada “Cuim” e também a farinha, milho, feijão, inhame e batata. Também possuíam um artesanato baseado na manipulação de algodão, palha e barro para fazer cerâmica. Os colonos pretendiam tomar as terras indígenas para implantar, mediante propriedade privada, baseado nas sesmarias, a economia do açúcar, gado e algodão.

Para isto foram necessárias algumas ofensivas para conquistar a Paraíba. Com a tragédia de Tracunhaém⁴ a metrópole viu-se obrigada a instituir a Capitania da Paraíba, em 1574, com objetivo de controlar as revoltas dos nativos. Inicialmente, os colonos pretendiam encontrar recursos naturais como minérios, pau-brasil e depois passou para tomar a posse da terra e dominar com a ocupação.

Os Holandeses fizeram parte na história de conquista. Após várias tentativas contra os Portugueses, em 24 de dezembro de 1634 os Holandeses conquistavam o território. O interesse principal era encontrar minério e o açúcar. Foram expulsos os holandeses após a revolta popular que contou com a ajuda do português Vidal de Negreiro.

⁴ Localizado nos dias atuais no município de Goiana, Tracunhaém era um engenho. A guerra foi motivada porque o dono do engenho tomou a filha do Cacique pra si.

Já a conquista do Sertão paraibano se efetivou entre 1670 e 1730, com intento de criar gado. Bandeirantes como Casa da Torre e outras famílias empreitaram, por conta e risco a conquista. Dentre os conquistadores figuravam: Antônio de Oliveira Lêdo, Bernardo Vieira de Melo, Teodósio de Oliveira Lêdo, Custodio de Oliveira Lêdo, Francisco Dia d'Ávila, Domingo Jorge Velho. Esses homens participaram ativamente da conquista do Sertão paraibano para ocupar as terras povoadas pelos indígenas.

A terra era propícia para a criação de animais, tanto bovino como equino, asinino, ovino e caprino, tornando-se logo a principal economia do sertão. A estratégia adotada por estes bandeirantes era a mesma empregada no litoral: dividir para reinar. Nesse sentido, procuravam colocar tribos indígenas em conflito umas contra as outras para que os nativos se enfraquecessem. Ao mesmo tempo, nos caminhos e estradas incipientes se formavam várias vilas que futuramente se transformariam em cidades.

A instabilidade do homem no campo, no Estado da Paraíba, tem sua origem com a imposição da monocultura e a utilização do trabalho escravo de negros advindos do continente Africano. Os povos indígenas acabaram mortos ou expulsos de suas terras, tanto por doenças advindas da Europa, como diretamente por arma de fogo. O latifúndio surge com a monocultura. Portugal concedia sesmarias quem tinha certa quantidade de recurso financeiro e de mão-de-obra escrava para ter o controle das terras conquistadas.

A Paraíba possuía na época da conquista três grandes nações indígenas, que são: *Tupis*, *Cariris* e *Tarairiús*. A primeira se dividia em Potiguaras e Tabajaras, cujo habitat era o litoral paraibano. Já os *Tarairiús* se dividiam em várias tribos como a Janduís, que hoje localizam-se nos municípios de Santa Luzia e Patos. E os *Cariris* habitavam as regiões que hoje compreendem os municípios de Monteiro, Teixeira, Cabaceira, Boqueirão, Pilar e Alagoa Nova.

Dentre as causas que propiciaram a instabilidade na economia paraibana, cabe mencionar os intentos do Marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal que criou Companhia do Comércio Grão-Pará e Maranhão que tinha como função, através do sistema de frota, monopolizar todo comércio com a Paraíba. “Esse somente poderia ser exercido pela companhia que se obrigava, no caso paraibano, a adquirir a produção de açúcar, couros, madeira, algodão e peles, comprometendo-se a, em contrapartida, abastecer a capitania de vinhos, azeites, manteiga, tecidos, queijos (do reino) e bacalhau” (OCTÁVIO, 1995, p. 82).

As altas taxas de juros cobrados nos empréstimos e a política de preços baixos dos produtos alimentícios da Paraíba o elevado valor dos produtos importados resultou na formação de uma crise; o preço do açúcar estava barato, por conta da produção de açúcar de beterraba das Antilhas, e a produção entrou em crise, arrastando consigo várias outras atividades que dependiam desta última.

Também coube ao Marquês de Pombal a vinda e instalação da Santa Inquisição que, segundo José Octávio, se intensificou por volta de 1731. “no Brasil, a Inquisição significou mecanismo do pacto colonial, ou seja, de transferência de riqueza da colônia para a metrópole” (OCTÁVIO, 1995, p. 86). Isso porque os bens confiscados pela Santa Inquisição pertenceriam à coroa Portuguesa.

Depois que a Capitania da Paraíba, por ordem de Portugal, ficou submetida à Capitania de Pernambuco, e a ideologia liberal passou a exercer influência no Nordeste brasileiro, na Paraíba foi abraçada, não pela massa para libertação das amarras escravistas, mas pela burguesia rural, contra a pressão político-financeiros da Metrópole.

Importante diferença assinalou, todavia, os liberalismos francês e brasileiro. Enquanto aquele, direcionado pela burguesia urbana, experimentava a pressão das massas parisienses que convertiam a Revolução Francesa em acontecimento amplamente burguês e de sentido econômico-social e democrático, a variante brasileira, esposada por proprietários rurais, revelava características apenas políticas. (OCTÁVIO-1995, Pag. 100).

Contudo, na Paraíba, se instala provisoriamente o governo chamado de Revolucionário em 1817, trazendo consigo algumas reformas, como: proibição de prisão sem denúncia, a retirada de imposto sobre loja, e tentou reduzir a influência de Recife sobre o comércio da Paraíba. Vencidos os revolucionários, os ideários liberais ressurgem no bojo da Confederação do Equador, a Revolução Praieira, o Ronco das Abelhas, o Motim da Serra de Lagomá, o Quebra-Quilos etc..

A escravidão é acima de tudo, um meio de apropriação de capital pelos seus donos, ou seja, o escravo representava não somente mão-de-obra, mas propriedade. Na Paraíba, em 1851, existiam cerca de 28.473 escravos, sendo a maioria na cana-de-açúcar e no algodão. Entretanto, o Historiador José Octávio sustenta que a libertação da escravidão na Paraíba se deu pela crise, e não por decisão política. Com a abertura para o mercado externo, com advento do capitalismo e a concorrência de mercado, a manutenção dos escravos pelo seu senhor tinham um alto custo, e sendo assim era preferível que libertasse os escravos, sendo

que esses, não tendo para onde ir, ficavam nas terras do latifundiário, mas agora sem esse ter o compromisso de mantê-lo com alimentos, cuidados hospitalares, moradia entre outras.

Em 1865 e 67, escravo de vinte anos custava um conto e cinquenta mil réis e escrava de treze (anos) um conto e duzentos e cinquenta mil réis. Enquanto isso, casa em Sousa era avaliada em novecentos mil réis. Em Pombal, cem mil réis de terras, uma casa de taipa, trinta vacas paridas, vinte e uma solteiras, sete novilho, quatro garrotes, doze éguas, um cavalo pai d'égua, dois cavalos de fábrica, um potro de ano e meio e um curral de pau a pique custavam juntos um conto e oitocentos e três mil réis, importância por vezes equivalente a um só escravo. (JOSÉ OCTÁVIO-1995, Pag. 133)

Do século XIX para o século XX, o eixo econômico do Brasil deixa de ser o Nordeste e passa para as outras regiões. A forma de governar agora se dá através do Oligarquismo e da Política dos Governadores. Nos municípios, o poder dos coronéis, ao lado do governador, era a lei, apropriando-se do poder estatal de forma privada e despótica. A propriedade pública se confundia muitas vezes com a particular.

Neste período, três oligarquias dominaram a Paraíba. A primeira no período entre os anos 1889 a 1891 por Venâncio Neiva, a segunda entre os anos 1892 a 1912 por Álvaro Machado e a última entre 1915 a 1928 por Epiácio Pessoa. Em 1916, o Governo da Paraíba disponibilizou para o homem do campo sementes, vacinas para gado e vendas de implementos agrícolas. Depois da Segunda Guerra Mundial a Paraíba se destaca como o maior produtor de algodão do Brasil.

No governo de Sólton de Lucena, a Paraíba recebia importantes obras contra a seca. O desenvolvimento urbano foi impulsionado pela estrada de ferro que, por onde passava, o comércio se desenvolvia e a cidade também. A Inspetoria de Obras Contra as Seca (IOCS), hoje Departamento de Obras Contra a Seca (DNOCS), que substituiu as antigas Comissões de Socorro Público do Império, trouxe várias obras contra a seca, como Boqueirão de Piranhas, Coremas-Mãe D'água entre outros. É interessante notar que essas obras eram muitas vezes apropriadas pelos fazendeiros e sua função pública e social era esquecida.

Os camponeses que saíam de suas terras para trabalhar como operários se tornavam fragilizados com o tempo, pois as obras paravam ou, quando terminavam, acabavam não encontrando imediatamente outro emprego. Na década de vinte, surgem às usinas que detinham grande quantidade de terra e continuavam a “grilar” através de fraudes e intimidação com seus jagunços.

Também as fábricas de tecidos, como a Companhia de Tecido Rio Tinto, utilizavam a força do capital para entrarem nas terras que aos nativos restavam. Os investimentos do Governo Federal, Estadual, através de empresas e contratação direta para escavação de açudes e grandes obras levavam os camponesa trabalhar nas construções como operários, por causa da seca que impossibilitava sua sobrevivência. O problema é que, quando terminavam ou paralisavam estas obras, estas pessoas ficavam sem proteção alguma, já que muitas vezes a estabilidade na localidade onde moravam não existia.

A estrutura fundiária é apontada com promotora da desigualdade, onde grande quantidade de terra é detida por poucos: “O problema central do Nordeste não é a falta d’água, mas sua estrutura fundiária que permaneceu intocável”. (OCTÁVIO, 1995, p. 166).

Na história da Paraíba algumas cidades foram se destacando com centros de importância regional, como: Paraíba, que hoje é João Pessoa por ser a Capital da Província; Santa Rita em função da cana-de-açúcar; Itabaiana por conta da ferrovia e da feira de gado; Areia e seus inúmeros dos engenhos; Alagoa grande e Mamanguape pela ferrovia que propiciava o comércio; o mesmo com Guarabira, Bananeira, Solânea e Campina Grande com o comércio, o algodão e a ferrovia; Princesa Isabel por ter três açudes e estradas com interligação com distritos, tornando-se umas das cidades na década de vinte mais desenvolvidas; Rio Tinto por ter a Companhia de Tecidos Rio Tinto; e Cajazeira por receber umas das fabricas de óleo.

A riqueza mal dividida entre a população paraibana é alvo novamente de um tipo de revolta, de caráter popular, já que a massa camponesa se encontrava à margem do desenvolvimento do Estado da Paraíba. O desenvolvimento pregado pelo governo federal no setor industrial e de infraestrutura como estrada, açude empresa, entretanto não chegava à população principalmente nordestina.

Na década de 60 com renúncia de Jânio Quadros, os movimentos populares saíram clamando as ruas por mais direitos. Agora, os oficiais do exército tomam a direção do país e a repressão que recaí sobre a imprensa, estudantes, trabalhadores e intelectuais foi brutal.

No meio rural surgem, por conta, a instabilidade de trabalho, já que a cana-de-açúcar não proporciona trabalho pelo o ano inteiro, as Ligas Camponesas, que tem como principal objetivo a organização do homem do campo para a luta por melhores condições de trabalho e de vida. O estopim da luta no campo seria travado na cidade de Sapé no estado da Paraíba, seguindo-se a repressão com a prisão e desaparecimento de trabalhadores. O movimento se espalhou por várias cidades da Paraíba dentre elas: Mamanguape, Itapororoca, Rio Tinto,

Pedras de Fogo, Santa Rita, Espírito Santo, Pilar, Caldas Brandão, Itabaiana, Alagoa grande, Mari, Mulungu, Guarabira, Araçagi entre outras.

De uma forma ou de outra, um dos resultados das lutas dos camponeses foi o fato de chamarem a atenção do Estado para a situação do homem do campo, surgindo daí algumas políticas para o meio rural.

Pelo Decreto-Lei nº 1.110, de nove de julho de 1970, o Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entidade Autárquica hoje vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que incorporou a competência do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e do Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA), tendo início, “no Brasil, um procedimento mais compacto para cuidar da terra, da propriedade e da segurança dos proprietários” (ALBERTO MARQUES ET AL, 2006).

Com medidas como essa, o Governo brasileiro tenta de certa forma amenizar a revolta popular, já que por mais de 400 anos o governo não priorizou a questão da terra, agora levado pela preocupação com os ideais advindos da Revolução Russa, Cubana entre outras.

A pressão popular se tornava incontrolável. Desde a sua criação em 1970 até 1985 o INCRA se voltava à regularização fundiária, á a partir de 1985, com a redemocratização do País, o INCRA volta-se para assentamento de agricultores sem-terra.

No relato de Raimundo José Almeida Batista, no livro Memória INCRA 35 anos.

Fugíamos das pragas, da escravidão branca e da vida quase nômade que levávamos que todas as terras que habitávamos tinham sempre um proprietário cobrando arrendamentos absurdos e impossíveis de serem pagos. Eram as formas mais clara de manterem seus fregueses sob seus domínios (ALBERTO MARQUES ET AL, 2006).

Entre tantas políticas e direitos voltados para o homem do campo, depois da Constituição de 1988, se destaca a inclusão do pequeno agricultor como segurado especial no Art. 201 - da Constituição na Previdência Social, como também no Art. 5 e XXVI da Constituição Federal diz: “a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento”.

Mas foi no Governo Lula (2002-2012) que o fortalecimento do homem do campo se deu com mais força. Entres tantos programas e projetos podemos destacar: o fortalecimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que apesar de ter

sido criado no Governo de Fernando Henrique Cardoso só foi fortalecido no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva que aumentou os recursos para este programa; o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁵ que tem um papel de suma importância na preservação do homem do campo em suas terras, já que proporciona que o mesmo desenvolva sua atividade econômica e tenha a mínima garantia de venda; o Programa de Apoio a Geração de Renda (PROGER), Política Nacional de Habitação (PNH), Programa Luz para todos, Programa Bolsa Família entre outros. São diversas políticas que buscam dar a estabilidade do homem no campo.

1.2- Características gerais da pobreza rural na Paraíba.

O território do Estado da Paraíba tem uma área de 56.439.838 Km², com uma população aproximadamente em 3.943.885 habitantes⁶. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, o IDH do estado é de 0,658, considerado baixo em relação à maioria dos demais estados brasileiros. Segundo o IBGE dos 223 municípios apenas 163 possuem rede coletora de esgoto. Ainda segundo o IBGE do total de domicílios permanente apenas cerca de 46 % possuem saneamento básico, já no que diz respeito a energia elétrica o Estado da Paraíba tem quase a totalidade de cobertura. Em 2011 o IBGE disponibilizou o resultado de pesquisa onde mostra que a renda per capita era de R\$ 9.349,00. O Estado da Paraíba em 2013, possuía uma taxa de mortalidade infantil de 19 a cada mil crianças que nascem.

Outro dado não menos interessante é que, em 2013, 18% da população é analfabeta. O censo de 2010 demonstrou, ainda, que a população urbana da Paraíba representa 75,4%, enquanto que a zona rural corresponde a 24,6%. O Estado da Paraíba sofreu durante sua história por quatorze transformações na política de divisão territorial sendo a primeira em 07/0/1949 com a criação de 41 municípios. Esse número foi sendo ampliado até a recém criação, em 1994 e 1995, de mais 56 municípios, conformando atualmente o total de 223 municípios. A divisão político-administrativa do estado é de competência da Constituição Estadual de 1989.

O sistema hidrográfico do estado predomina os rios temporários. O território paraibano está inserido no Polígono da Seca, juntamente com “o Ceará, a Paraíba e o Rio Grande do Norte, estão quase inteiramente mergulhados no Polígono (94,8 %, 97,6 % e 92,0 %

⁵ Programa semelhante a esse foi previsto no Projeto Nordeste, mas não teve efetividade.

⁶ Estimativa do IBGE.

respectivamente)” (ANDRADE, 1964, p. 25). Predomina o período da estiagem, e quando chega o período do inverno o índice pluviométrico é muito aquém da necessidade básica.

O clima é o maior adversário a ser combatido, através de tecnologias e ações pelo governo com objetivo de diminuir o impacto deste na vida dos moradores desta região. As secas se mostram periódicas, ou seja, quase todos os anos e muitos municípios do Estado da Paraíba são vítimas. Esse sem dúvida é apontado como o maior entrave para o desenvolvimento socioeconômico desta região e amplificador da pobreza rural, já que o homem do campo necessita cultivar a agricultura e a dependência de água é um entrave difícil de ser transposto.

Entretanto, nos anos de grandes secas, como 1777, 1845, 1877, 1915, 1932, 1952 e 1958 o Agreste como o Sertão e até a Mata, sofreram os efeitos das mesmas. As chuvas foram mais escassas e os retirantes do Sertão, refugiando-se nas áreas menos atingidas pela falta d'água (ANDRADE-1964, Pag. 24).

No Nordeste existem áreas próprias para o cultivo, principalmente na Região da Zona da Mata. Entretanto, essas áreas estão ocupadas desde a colonização portuguesa por cana-de-açúcar, isto é, a monocultura sempre perto dos grandes rios que passam na sua maior extensão cortam as terras das usinas, deixando assim de ser um bem público para ser um bem privado, contrariando inclusive o norteamento da própria Constituição Federal quando trata dos mananciais fluviais.

O Agreste que é o território de transição entre a Zona da Mata e o Sertão. Também existem usinas nesta região e muitas terras estão nas mãos de poucos, mas predomina a policultura que é voltada para o mercado interno. Sertão é outra região com maior extensão, onde o alcance da água na maioria das vezes é através de poço, com clima muito quente e pouca densidade demográfica. É considerada a região mais atingida pelas estiagens.

Os moradores da zona rural do Estado da Paraíba possuem independente da região, semelhantes condições de vida, já que a desigualdade de oportunidade é presente. Quem possui as melhores terras e capital tem a condição de vida melhor, essa é a menor parte da população. Já a maior parte não possui terra ou quando a possui a mesma não dispõe de infraestrutura adequada. Essa parte da população é a responsável pela elevada taxa de emigração, tomando historicamente os destinos de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que são os grandes receptores.

Quando migram para o Sul e Sudeste, normalmente moram em favelas e condições sub-humanas. Há alguns anos recentes, esse movimento tem intensificado do interior para a Capital João Pessoa, onde é notável o inchaço da cidade. Entre os problemas apontados destacam-se o transtorno no trânsito, o aumento da criminalidade, o desemprego, a

desorganização urbana entre outros indicadores. Por falta da reforma agrária e melhor condição de vida do homem no campo a sociedade como um todo paga caro.

A má distribuição de terra é muito grande tanto na Zona da Mata, Agreste e Sertão paraibano. A maioria da população que vive na zona rural possui propriedades com menos de 20 hectares, o que corresponde a um baixo percentual em relação à minoria com suas propriedades de mais de 500 hectares, sendo a maioria das terras produtivas.

A vinda da Lei Áurea em 13 de maio de 1888 a libertação dos escravos se constituía futuramente em um problema social causado pelos fazendeiros, donos de engenhos que, enriquecidos pela mão-de-obra escrava, agora passam o problema para o Estado e a sociedade. Já que as melhores terras estavam todas ocupadas, assim como o meio de produção do momento já se encontrava monopolizado pelos próprios invasores.

A quantidade de escravos na Paraíba era considerável em relação ao total da população. Com a liberdade, sem as devidas condições era muito difícil a sobrevivência longe do engenho onde psicologicamente e economicamente já estavam aprisionados. Isso se constitui como um dos precursores da pobreza rural no Nordeste como na Paraíba rural.

Surge assim aquilo que se chamou “moradores de condição”, constituindo grande parcela dos trabalhadores do campo (...). Esses moradores procuravam colocar-se, no interior nordestino, não se gozava de nenhuma garantia governamental (ANDRADE-1964, Pag. 94).

“Pela perseguição constante dos senhores de engenho como: castigo, perseguição entre outros meio de intimidação, a população recorria às protetores populares como Antônio Bernardo e o Cabeleira”. (ANDRADE, 1964, p. 94). Para as autoridades tais protetores se constituíam criminosos e desordeiros da lei, já essa lei era fruto de um único segmento da sociedade, os homens de posse que tinha direito de votar.

Várias figuras surgiram para fazer justiça social contra os invasores e opressores que tomavam as terras nativas. Foi o caso do cangaço onde Lampião e Zumbi dos Palmares entre tantos que a história não menciona. Naturalmente a sociedade nobre que se utilizou da força, ameaça, intimidação, assaltos entre tantos outros artifícios para coibir e tomar a terra, espaço e por último a mão-de-obra deste, agora, tenta através da religião (católica) como também do arcabouço jurídico-legal, a normatização deste sistema imposto, e considera quem se atreve contrariar de bandidos, ladrões e traidores de todo o princípio do bem.

A questão fundiária é apontada como um quesito principal responsável pela desigualdade social, já que poucos latifundiários detêm muitos hectares de terra, “Um processo de concentração fundiária a ponto de haver usinas, hoje, como a Catende, a Central e Santa Teresinha, que controlam áreas enormes, superiores a 35.000 hectares, cada”. (ANDRADE, 1964, p. 102). Conseqüentemente, o capitalismo e o arcabouço jurídico-institucional proporcionaram aos proprietários de grandes usinas a comprarem outras, casos em que um só grupo já ultrapassa a concentração de hectares de terras nunca visto, é o caso do Grupo Bezerra Melo em Pernambuco com 70.000 hectares.

A proletarização dos lavradores se dava por conta destes não terem terra para cultivar, e sendo a usina detentora dos meios de produção como água, terra e o capital que proporcionava a compra de matéria prima, como também da mão-de-obra. Estes lavradores trabalhavam e residiam na propriedade do seu empregador, onde moradia, alimentação cedida pela própria usina, mas faltava sempre a questão sanitária, segurança jurídica e segurança no trabalho. Entretanto, esses trabalhadores ficavam a mercê dos rumos econômicos da usina, isso significa que, se houvesse risco de mercado ou de produção, como também aquisição de novas tecnologias, esses trabalhadores corriam risco de serem despejados e se transformarem em sem-terra.

“Por isso, nessas áreas, os trabalhadores não se fixam mais; nada possuindo, vivem errantes, trabalhando hoje em um engenho, amanhã em outros”. (ANDRADE, 1964 p. 116). Muitos tentavam sair deste ciclo, mas o proprietário encontrava formas de enredar os trabalhadores em formas de dependência e vínculos como o “barracão”, que resultava numa espécie de servidão por dívida, ou outros mecanismos mais violentos: “A opinião pública do país foi abalada com a notícia de que num engenho localizado no município de Água Preta, um morador foi ferrado com ferro em brasa como se faz a bois e a cavalos por um administrador de engenho”. (ANDRADE, 1964, p.119).

Por um dia de trabalho, em 1961, variando de localidade, as usinas pagavam Cr\$ 35,00 a Cr\$ 50,00. Enquanto isso, o preço das mercadorias era elevado, de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 02- Preço de produtos alimentício no ano de 1961

Mercadoria	Quantidade	Preço
Bacalhau	Kg	Cr\$ 380,00
Charque	Kg	Cr\$ 300,00
Farinha de Mandioca	Kg	Cr\$ 130,00
Feijão	Kg	Cr\$ 120,00
Café de 2º qualidade	Kg	Cr\$ 56,00
Açúcar	Kg	Cr\$ 30,00
Manteiga de segunda	Kg	Cr\$ 340,00
Ovo	Unidade	Cr\$ 10,00
Peixe seco	Kg	Cr\$ 140,00

Fonte: (ANDRADE, 1964).

De acordo com os dados da tabela e o valor da diária de um trabalhador na cana-de-açúcar, pode-se deduzir que para comprar um quilo de Carne de Charque era necessário trabalhar no mínimo 10 dias; um quilo de farinha de mandioca correspondia a 2,5 diárias na cana-de-açúcar.

Nesses tempos, em meados do século passado, os trabalhadores não tinham direito a um sistema previdenciário e fundo de garantia, já que não tinha previsão constitucional e mesmo com o advento da lei Elói Chaves, em 1923, esse sistema era de iniciativa privada dos ferroviários. Só a Constituição Federal de 1988 vai reconhecer o direito dos trabalhadores rurais à aposentadoria. A previsão legal na Lei 8.212/91, 8.213/91 e o Decreto 3048/98 determina que esses agricultores não precisariam de contribuição mensal, que no caso das outras classes é compreendido com o percentual de 8 % 9% ou 11% e para agricultores que possuem mais de quatro módulos fiscais. É caracterizado como Contribuinte Individual que necessariamente deve contribuir para a Previdência Social com o percentual de 20% quando declarada sua produtividade.

Os agricultores, no caso, que possuem até quatro módulos fiscais de terra destinada à agricultura familiar só necessitam contribuir com 2,5 % de sua produção quando vendida e, quando chegado o tempo de se aposentar, ou seja, 60 anos para os homens e 55 para as mulheres, é necessário só provar a contribuição fictícia⁷ de 180 contribuições que essa mesma equivale ao período de residência em propriedade rural e provando depender dela para sua subsistência.

⁷ Provar que por 180 meses, ou seja, quinze anos teve como seu principal meio de vida a subsistência da agricultura familiar.

Atualmente, o cenário agrário do Estado da Paraíba na questão fundiária continua praticamente o mesmo descrito acima. Mas o Governo do Estado da Paraíba tem tentado através do INTERPA a desapropriação isolada de terras, como também o INCRA na esfera federal que realiza algumas ações neste sentido. Mas é inquestionável que os poucos meios de produção agrícola está nas mãos de poucos. Sendo usineiros, latifundiários criadores de gados entre outros que possuem terra desocupada.

O Movimento Sem-Terra tem exercido um papel peculiar na democratização desses meios de produção, assim como a Comissão Pastoral da Terra, ligada à Igreja Católica, e sindicatos rurais espalhados por todos os municípios do estado. Ultimamente, os Conselhos de Desenvolvimento tem conquistado reconhecimento por parte do Governo Federal no estabelecimento das políticas públicas voltadas para o homem do campo.

Já as questões geográficas, climáticas e demográficas no atual cenário do Estado da Paraíba se apresentam ainda como um desafio. Segundo dados da AESA, “dos 123 açudes presentes no estado, 40 reservatórios estão em observação, contendo volume menor que 20% do seu volume total e 42 reservatórios em situação crítica, tendo armazenado um volume menor que 5% do seu volume total” (PROJETO COOPERAR, 2015, p. 15).

Há denúncias de utilização de madeira para o preparo de alimentos e outros componentes trazendo assim grande degradação ambiental. Já a preparação do solo muitas vezes não é tratada adequadamente, utilizando-se agrotóxicos, tratores, compactadores de solo e outros procedimentos como a coivara⁸ que acabam com a fertilidade da terra, provocando assim o enfraquecimento dos meios de produção agrícola.

É neste cenário que serão desenvolvidos os projetos de desenvolvimento e combate à pobreza rural no estado em parceria com o Banco Mundial, instituição que apresentaremos a seguir.

1.3 - O Banco Mundial e as ações de combate à pobreza nos países em desenvolvimento.

O Banco Mundial é uma agência das Nações Unidas que surgiu logo depois da Segunda Guerra Mundial quando os Países vencedores instituíram-no, em 22 de julho de 1944, no acordo de Bretton Woods, em New Hampshire, Estados Unidos. A missão do Banco

⁸ Processo artesanal de preparação do solo para o plantio, onde o agricultor depois de roçar o mato coloca o fogo para que facilite e diminuindo o trabalho.

Mundial foi de financiar a reconstrução dos países devastados pela Segunda Guerra Mundial. Com o tempo a missão evoluiu para financiamento do desenvolvimento dos países membros.

As relações do Banco Mundial com o Brasil tiveram início com a própria fundação do Banco, uma vez que o Brasil participou das conferências de Bretton Woods e, através do Decreto nº 21.177 de maio de 1946, promulgou a Convenção sobre o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento-BIRD, tornando assim tal convenção direito interno (BRASIL, 1991).

Segundo o Banco Mundial, o Brasil na década de 40 teve apenas um Empréstimo junto ao Banco Mundial; na década de 50 houve 12 empréstimos; 13 na década de 60; na década de 70 foram 63; na década de 80 realizaram 92; 78 na década de 90 e; esse volume passou para 168 nos anos 2000. Um objetivo importante de empréstimos no Brasil é o de ajudar a intensificar os esforços do Governo para identificar e desenvolver projetos que irão aumentar a produtividade e os rendimentos do segmento de renda mais baixa da população, visando ampliar as oportunidades econômicas a esses grupos, e melhorar suas condições de vida.

Um segundo objetivo dos empréstimos do Banco Mundial ao Brasil é apoiar institucionalmente políticas de desenvolvimento e reformas políticas destinadas a desenvolver políticas públicas, estabelecer uma coordenação e controle adequado, ajudar a maximizar a poupança pública e garantir que os recursos sejam aplicados com eficiência.

Um objetivo final que se aplica a todos os empréstimos do Banco Mundial para o Brasil é o de fornecer parte do volume do capital necessário a médio e longo prazos para que o Brasil implante processos sustentáveis de crescimento, com criação de emprego, e desenvolvimento regional.

O Governo brasileiro tem mantido parceria, contraindo vários empréstimos com o Banco Mundial, no objetivo de proporcionar o desenvolvimento econômico e social. O Banco Mundial iniciou sua atuação no Brasil na área de infraestrutura econômica no final da década de 1940, tendo sua importância ampliada a partir dos anos 1970, quando passou a financiar grande parcela dos projetos destinados ao setor social. Sua atuação é pautada nos cinco regiões. Na região Nordeste, no entanto, há predominância de projetos voltados para redução da pobreza rural.

Através desta parceria, várias áreas têm recebido atenção, tais como: o setor hidrelétrico, Educação, reforma agrária, expansão da malha rodoviária, apoio ao Pequeno Produto rural, siderurgia, preservação ambiental, exploração de minério, assistência social, fabricação de fertilizante, abastecimento de água entre outras áreas.

Com o objetivo de combater a pobreza e suas conseqüências o Governo Federal e governos estaduais têm contraído junto ao Banco Mundial empréstimos para a execução da política prevista no inciso III do Art.º3 da Constituição Federal que preconiza como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: “Erradicar a Pobreza e a Marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”.

Os estados do Nordeste brasileiro instituíram em conjunto, políticas para combater a pobreza rural, no início de forma verticalizada pela União com a criação da SUDENE em 1959, com o POLONORDESTE em 1974 e, com a democratização do país em 1985, foi criado o Projeto Nordeste que passou por profundas críticas devido à baixa execução dos recursos. Após as modificações realizadas em 1993, o Projeto assumir caráter mais descentralizado. Depois os governos estaduais instituíram seus próprios projetos com o Banco Mundial, tendo o Governo Federal como parceiro e fiador.

O clima do Estado da Paraíba, historicamente é dominado pela adversidade climática, econômica e social. Historicamente predomina a seca, a população migra em direção aos centros do Sul e Sudeste do País, com objetivos de obter melhores condições de vida. Neste cenário o Governo paraibano sempre recorreu ao Banco Mundial para tomar empréstimos com objetivo de financiar a execução da política de combater a Pobreza rural.

O Governo da Paraíba têm procurado diminuir os agravos da pobreza rural e suas conseqüências, através de construções de cisternas, abastecimento de água e completa distribuição de maquinário agrícola, eletrificação rural, apoio à agricultura irrigada, à comercialização, à piscicultura, à apicultura, para construções e reformas de casas habitacionais, construção de pontes, casas de farinha, apoio à caprinocultura, construção de barragens, distribuição de dessalinizador, construção de privada higiênica, construção de centro de atividade múltipla, creches comunitárias, lavanderia comunitária, armazém comunitário, avicultura, construção de engenhos de rapadura, floricultura, suinocultura, construção de unidade de beneficiamento de leite e derivados, apoio ao artesanato, usinas de resíduo sólidos, apoio a mineração entre outras demandas.

A forma de obter tais investimentos não tem retorno, ou seja, o beneficiário não pagará pelo benefício recebido, sempre através de associações, onde a população que vive em extrema pobreza é beneficiada. No período compreendido do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado-PDRI, em 1978 até os anos 1993, em meados da execução do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural-PAPP, onde a execução era do Projeto Nordeste-I, os beneficiários não tinham espaço para a participação no direcionamento desta política pública, e só foi possível depois dos anos 1993 no Projeto Nordeste-II, onde as comunidades poderiam

se reunir e constituir associações para poder receber os recursos e escolher que tipo de projetos e administrar a execução.

No novo empréstimo junto ao Banco Mundial, em 1997, o Governo da Paraíba cria o Projeto Cooperar que dar andamento as ações de combate à pobreza, agora com o Programa de Combate a Pobreza Rural-PCPR a forma de participação da comunidade se aprofunda, é criado o novo instituto que traz maior descentralização e passa para os conselhos municipais, em experiência, a autonomia financeira aprovada previamente pelo Projeto Cooperar como orçamento indicativo, como também a autonomia administrativa, neste caso especifica no estado da Paraíba só foi instituído o Fumac-P no município de Araruna que logo depois foi extinto. Em junho de 2006 é encerrado o programa e o Projeto Cooperar passa quatro (4) anos parado só voltando a funcionar em 2011 com o Programa de Redução da Pobreza Rural que em 2014 tem seu encerramento.

Já os contratos de empréstimos, tomados por países ao Banco Mundial, são resultados de um tratado internacional do qual tais países são signatários. “No caso do Brasil, o tratado faz parte do direito interno” (BRASIL, 1991). No art. 49, I da Constituição Federal, dispõe: “compete ao congresso nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional”. Diante deste dispositivo todo tratado firmado pelo chefe do poder executivo e aprovado pelo congresso nacional passa a ser considerado no ordenamento jurídico como lei ordinária especial.

O Banco Mundial exige que os empréstimos feitos por eles estejam de acordo com as suas próprias normas de licitações. Muitos processos já foram impetrados em diversos tribunais estaduais e federais, argumentando a inconstitucionalidade das normas que os tomadores de empréstimo do Banco Mundial aplicam na execução dos projetos. Toda a discussão leva argumentos como: subordinação do sistema jurídico nacional ao internacional, tipologia de modalidade de licitação diferente com a lei nacional de licitação, a lei nº 8.666/93.

Tais normas estão em um documento chamando: *Guidelines*⁹. Este documento é resultado de uma discussão feita previamente, pelos países membros do Banco Mundial, e acordado entre eles. Os princípios da Guidelines se assemelham a Lei Nacional de Licitação, Lei nº 8.666/93, como a busca de economia e eficiência, incentivar o desenvolvimento do mercado local, transparência entre outros. Argumento, também, utilizado na defesa das

⁹ Manual de normas licitatório que o Banco Mundial adota.

normas do Banco, é que tais normas dá a possibilidade que empresas dos países membro também tenham possibilidade de concorrer ao pleito licitatório. Há no parágrafo 5º do art. 42 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 9.648/98, o permissivo legal de se afastar da aplicabilidade da legislação brasileira e aplicar as normas específicas da “Guidelines” do Banco Mundial, as quais se encontram em plena vigência (BRASIL, 1991).

I. 4- Projeto Cooperar, conselhos de desenvolvimento rural e sua evolução no Estado da Paraíba:

O poder público, na realidade brasileira, adotava uma política centralizada apenas nos órgãos do próprio poder. A discussão sobre a implantação de subprojetos não era considerada, planejado na sua concepção, nem na execução com a comunidade beneficiária.

Os grandes latifundiários acabavam desviando os recursos para o seu próprio benefício. Essa situação mudou, “Com a maior participação da comunidade na fiscalização das ações” (PROJETO NORDESTE-COMISSÃO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, 1989). Frente a essas práticas: A igreja católica, a liga camponesa e o movimento sindical rural foram na realidade quem contribuíram para a participação popular no direcionamento de tais políticas.

Integrantes do Governo Federal, Estaduais e do Banco Mundial formando uma comitiva foi até o México para conhecer o Projeto Solidariedade onde o mesmo era resultado de parceria com o Banco Mundial. A grande participação na concepção e implantação dos subprojetos despertaram nos políticos brasileiros grande admiração pelo modelo, então assinaram o "protocolo, de San Cristoban de Las Casas", com intenção de mudança na orientação da política de desenvolvimento do meio rural.

O direcionamento das políticas públicas logo foi mudado, quando o governo brasileiro adotou o modelo. Agora a mudança chega em 1993, com reformulação do projeto de apoio ao pequeno produtor rural, que mudou por completo a forma de atuação do programa, o PAPP. Agora se torna mais transparente e as comunidades têm a possibilidade de escolher em associação registrada com estatuto, sede e presidente eleito. Escolher o seu projeto de acordo com sua necessidade.

Nesse contexto de fortalecimento democrático surgiu o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável-CONDRAF, criado através do Decreto nº 4.854 de 08 de

outubro de 2003. Em nível estadual, Paraíba, foi criado o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável- CEDRS através do Decreto nº 21.483 de 08 de novembro de 2000. Já os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural são criados por lei municipal, e esta vinculados ao arcabouço do sistema de organização não governamental, tem competência de defender e representar o interesse dos seus integrantes.

Sua criação está direcionada para atender às necessidades do homem no campo, várias são as políticas discutidas, como exemplo: Comercialização de produtos; empréstimo junto aos bancos do Governo Federal; reforma agrária; fortalecimento das associações; política de saúde e educação do meio rural etc. Até então, na Paraíba, no Projeto Nordeste, existia o Conselho de Desenvolvimento Rural-CONDERU que se dividia em duas comissões: a Comissão de Desenvolvimento Agrícola e a Comissão de Desenvolvimento de Recursos Hídricos. Essas comissões eram compostas por integrantes do próprio poder executivo da administração direta e indireta do Governo do Estado da Paraíba e do governo federal.

Vários secretários representavam sua pasta, como da agricultura, recursos hídricos entre outros. Só no inciso IX do art. 10 do decreto nº 10.598 de 12/02/1985 é que o beneficiário é contemplado com uma cadeira no CONDERU, no caso o representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba-FETAG.

Na Paraíba mesmo depois das criações dos conselhos, o poder executivo não cortava a direta influência nos conselhos, onde muitos municípios os presidentes dos conselhos eram o próprio prefeito, ou o secretário da agricultura do município e com isso, a eficiência da proposta de descentralização se perdia.

Até o ano 2011 existiam dois conselhos: o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural-CMDR e o Conselho Municipal de Combate à Pobreza Rural-PRPR que era vinculada ao Governo do Estado. Esses dois conselhos tratavam das mesmas políticas e na maioria das vezes com os mesmos representantes. Foi implantada uma grande reforma de caráter democrático e emancipatório nos conselhos municipais, baixado a Resolução nº 086/2011 do Conselho Estadual do Desenvolvimento Rural Sustentável-CEDRS, que foi publicada no Diário Oficial do Estado da Paraíba no dia 14 de outubro de 2011 que orientava a unificação dos conselhos como uma política de integração, como também a proibição de pessoas que exercessem qualquer tipo de atividade remunerada com a união, estado e município não deveria concorrer à presidência dos conselhos, nem ao cargo de secretários.

Ainda outra medida ousada, foi condicionar a liberação de subprojetos em município só onde os conselhos estivessem unificados. Algumas conquistas no âmbito social foram logo

percebidas, depois de fortes batalhas no campo político local, onde os prefeitos não concordavam com essa medida, já que estava tirando um forte poder político.

Entretanto com a preparação para a chegada do novo projeto, o PB Rural Sustentável, que será executado entre os anos de 2016 a 2021, o Governo do Estado da Paraíba baixou Decreto nº de 35.836 de 29 de abril de 2015. Criando o Conselho de Articulação Política Institucional do Projeto Cooperar que é formado por titulares, ou substitutos formais, das Secretarias de Estado do Planejamento, Orçamento, Gestão e Finanças, Secretaria da Infraestrutura, Secretaria dos Recursos Hídricos, Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, da Secretaria do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido e do Projeto Cooperar. Sendo presidido pelo secretário do Planejamento, Orçamento, Gestão e Finanças e terá como Secretário Executivo o Gestor do Projeto Cooperar.

CAPÍTULO II – ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO PROJETO COOPERAR

II.1 – A Política de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI) – 1978 - 1986.

Com o IV Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste, o Governo Federal por meio da SUDENE propõe um novo plano de desenvolvimento para o Nordeste. No cenário nacional a competência estaria nas mãos do Ministério do Interior que em cada região do país, implantava um plano de desenvolvimento. Especificamente no Nordeste a competência estaria com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE.

Naquele tempo a visão geral de desenvolvimento era a integração entre vários setores do próprio governo e da iniciativa privada através de criação de polos, “a economia capitalista tenderia a produzir polos que se constituiriam a partir da localização de indústrias num determinado espaço econômica, as quais desempenhariam uma força centrípeta na atração de novos investimentos” (Perroux, 1974 apud CARVALHO, 2008, p.7), para que isso acontecesse era primordial que o Nordeste se vestisse de planejamento e pesquisa, implantação e expansão da infraestrutura economia e social.

As razões do subdesenvolvimento da área não procediam, apenas, da vulnerabilidade da economia das zonas semiáridas às condições climáticas, mas, sobretudo, de causa de natureza econômico-social, cujos efeitos estavam, principalmente, expressos nos indicadores seguintes: a) Grandes disparidades de níveis de renda e de vida do nordestino com relação ao habitante do centro-sul, com tendência a se agravar; b) Uma dependência acentuada ao crescimento econômico para com o setor externo; c) Inexistência de um centro industrial dinâmico (SUDENE, 1968, p. 8).

O Nordeste brasileiro sempre passou por grandes crises na sua maioria, oriundas das secas. Até então o governo federal passa a criar uma agência de desenvolvimento regional, que seria a SUDENE em 1959, e ao mesmo tempo racionalizou a forma como trabalhar essa busca por desenvolvimento a partir de planos, esses planos eram compostos por diretrizes e metas. O tempo de execução, desses planos, sempre, com prazo de cinco anos. Neste período o Brasil era mais Rural que Urbano. Isso que dizer que outros problemas que assolavam a população rural do país como: A questão fundiária que era bastante preocupante “Segundo informações do senso agrícola de 1960: Os estabelecimentos de menos de 10 hectares representavam 61% do total, ocupavam 4% da área, enquanto os mais de 500 hectares, representando 1,5 % do total, ocupavam 43 % da área (SUDENE, 1968, p. 18)”.

Devido ao processo histórico de concentração de terra, altos preços dos produtos alimentícios que elevavam o custo de vida, como também a emigração do nordestino para o centro-sul “em 1940, esse saldo foi de 4,3 % da população total da região, em 1950 alcançou 5,2 para, em 1960, atingir 8,3 %” (SUDENE, 1968, p. 18). O Governo Federal se preocupava, muito, com a questão rural, pretendia colocar irrigação em 100 mil hectares de terras, elevação da produtividade agrícola, implantação de um centro dinâmico de produção industrial, modernização da infraestrutura de transporte, comunicação, energia, saneamento básico, implantação de qualidade de vida, saúde, educação e habitação. Intencionalmente o plano IV previa a participação do setor privado, esse só possível com incentivos fiscais por parte dos governos. Já para os setores da administração direta e indireta a SUDENE queria integrar todos eles, com objetivo de multiplicar as ações de desenvolvimento. Entre ele pode ser citados o DNOCS, Banco do Nordeste-BNB previa também que aquelas empresas que recebessem incentivo fiscal do governo ela seria democratizada, ou seja, os operários teriam participação nos lucros.

O Estudo sob o título “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”, de 1959, sobre autoria do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), apontava que a industrialização era o único caminho para o crescimento econômico para o Nordeste, como também baratear o gênero alimentício que podem ser cultivados nas áreas úmidas da região Nordeste. Com a criação da SUDENE, o Primeiro Plano Diretor que compreendia vigência de 1961-1963 estabelecia os investimentos orçamentários em áreas priorizadas como: Aumento da capacidade energética, melhoramento da rede de transporte e água e esgoto.

Já no Segundo Plano Diretor mesmo priorizando o investimento em infraestrutura algumas áreas como agricultura, recursos naturais e recursos humanos foram também contemplados. Já o Terceiro Plano Diretor continuou na linha do segundo Plano Diretor. Na Tabela percebe-se que o setor agropecuário tinha uma participação considerável na economia do Nordeste. Entretanto esses números não são condição suficiente para traduzir o bem-estar da população desta região, já que a riqueza era mal dividida.

Tabela 03-- Participação de cada setor na composição do Produto Interno Bruto do Nordeste

Setores	Participação em percentual								
	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964
Agropecuário	40	42	39	42	43	42	43	42	42
Industrial	13	12	11	12	13	13	13	12	12
Serviço	47	46	50	46	44	45	45	46	46
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: (SUDENE, 1966-1968, p. 14).

Já na exportação, “em 1962 o Nordeste brasileiro exportou 132 produtos, e em 1966, cerca de 198” (SUDENE, 1968, p. 17). Os países que compravam os produtos do Nordeste continuavam os mesmos, Estados Unidos, França, Alemanha Ocidental, Holanda, países que participavam com mais de 70 % das exportações locais. Neste tempo, alguns produtos predominavam como, por exemplo: cacau, sisal, algodão, fumo, mamona, cera da carnaúba e a cana-de-açúcar entre outros. Entretanto ainda era muito insegura a produção seja por motivo político ideológico já que o mundo vivia em plena Guerra Fria, como também as constantes secas que ameaçavam a produção, e por último e não menos importante a tecnologia que artificializava os ingredientes nas indústrias, assim substituindo o produto original por sintético. Contudo o Nordeste precisava ser autosustentável, e para que isso fosse possível o Governo Federal, como Estaduais se preocupavam em prover o Nordeste de infraestrutura básica.

No decorrer da década de 70, de complexos industriais no Nordeste, como: o Complexo Petroquímico de Camaçari; o Complexo Industrial Integrado de Base de Sergipe; o Pólo Cloro químico de Alagoas; o Complexo Químico-Metalúrgico do Rio Grande do Norte; o III Pólo Industrial do Nordeste; o Pólo Mínero-metalúrgico do Maranhão, além do Complexo Industrial Portuário de Suape (Pernambuco), do Pólo Têxtil e de Confecções de Fortaleza (Ceará), do Complexo Agroindustrial do Médio São Francisco (Petrolina/Juazeiro) e do Pólo de Fruticultura Irrigada do Vale do Açu (Rio Grande do Norte) (CARVALHO, 2008, p. 7).

No Nordeste “os pequenos agricultores-minifundiários, arrendatários e parceiros - constituem parcela ponderável da massa rural” (SUDENE, 1968, p. 20). Com esse dado o governo por questão de desenvolvimento econômico, vai através do plano de desenvolvimento incluí-lo. Outros grandes problemas enfrentados pelo governo ao pensar formas viáveis para o setor produtivo agrícola foram: “Duas circunstâncias principais estarão contribuindo para o desencontro entre o aumento da produção e o aumento da disponibilidade de alimentos” (SUDENE, 1968, p. 22).

Os problemas apontados estavam basicamente na comercialização que não correspondia à medida que a produção aumentava e a falta de planejamento dos produtores a partir da demanda. Já na produção de gado bovino, que constitui uma parcela considerável da economia nordestina, a preocupação se eleva quanto ao meio genético, alimentar e vulnerabilidade de água. Com esses três ingredientes seria possível não só abastecer o mercado interno, como também voltar para a exportação.

Já na questão sanitária, o Nordeste apresentava um quadro muito abaixo da expectativa, várias doenças eram constantes tais, como tuberculoses, malária, varíolas entre outras. Já os índices de mortalidade eram bastante altos e a falta de hospitais, postos de saúde, escolas entre tantos outros agravantes como, por exemplo: falta de estrada em boa condição, ou até mesmo a falta desta em muitos municípios. Na tabela abaixo teremos uma melhor noção, cuja fonte foi da Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba, do Ministério da Saúde em meados de 1963.

INDÍCE SANITÁRIO DA PARAÍBA

Tabela 04-- Índice sanitário da Paraíba em 1963

Estado e Região	Mortal Geral	Mortalidade de infantil	Mortal pro. Maior de 50 anos	Mortal menos de 50 anos	Mortal por doenças transmitidas	Médicos	Médicos por 1000 hab.
Paraíba	-	-	47,4	49,4	47,0	560	5
Capital	-	145	24,4	41,4	-	-	10
Interior	22,7	447	-	-	-	-	3,5

Fonte: (SUDENE, 1966-1968, p. 33).

Já na área da Educação, segundo (SUDENE, 1968, p. 33), no senso escolar de 1964, e as pesquisas do Instituto de Ciência do Homem da UFPE, os Estados Nordestinos dispunham de uma rede de ensino primário que atende deficitariamente a essa população sendo: (MA-43 %; PI-44 %; CE-52 %; RN-63 %; PB- 59 %; PE-64 %; AL-52 %; SE-64 %; E BA-51 %). A falta de professores, prédios, estrutura básica era um dos principais indicadores que impedia o progresso da educação.

É nesse contexto que vai surgir o Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI), elaborado e executado pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba-CEPA-PB, com assistência do Banco Mundial. “As negociações com o Governo Federal e do Estado da Paraíba foram realizadas em Washington, nos dias 21 a 24 de fevereiro de 1978” (BANCO MUNDIAL, 1978, p. 16) O empréstimo para o funcionamento do PDRI-Brejo Paraibano foi aprovado março de 1978 e foi fechado em setembro de 1986, tendo como objetivo principal: elevar a renda dos pequenos produtores rurais e das pequenas empresa não agrícola, bem como melhorar as condições de vida da família rural. A economia do Estado da Paraíba era principalmente de mandioca, milho, feijão, abacaxi, banana, arroz, algodão, sisal e do açúcar.

A área escolhida para ser implementado o Projeto foi o Brejo paraibano. Esta região era muito necessitada, a taxa de mortalidade era de 117 mortos por 1000 que nasciam vivo. Apenas 12,5% das casas tinham utilização satisfatória d' água, e apenas 25 % das residências tinham instalação sanitária em suas casas. A taxa de analfabetismo era assustadora onde se apresentava por gênero, 70 % entre os homens e 60 % entre mulheres. A população do Estado da Paraíba na época era da ordem de 2,7 milhões de habitantes (BANCO MUNDIAL, 1978, p. 16). É notório que os aspectos socioeconômicos da região onde o Projeto foi implantado passavam por grandes dificuldades. Sendo assim a proposta de desenvolvimento buscava, também, diminuir os indicadores que expressam a pobreza rural a partir da integração entre os setores públicos como privados.

A população do Brejo Paraibano foi estimada em 187.000 habitantes, cerca de 77 % desta população vivia em áreas rurais. Somente 12 % das residências tinha água para o consumo. O projeto compreende uma área de 158.000 hectares onde 75% desta destinada para pasto de gado, 11 % para cultivar e 14 % não apresentam aspectos cultiváveis. Cerca de 2.500 empresas de pequeno porte empregam mais de 10.000 trabalhadores em atividade não agrícolas.

O objetivo do PDRI foi o de aumentar os rendimentos e padrões de vida dos pequenos agricultores e das pequenas empresas não agrícolas pelo fornecimento de infraestrutura (estradas, marketing e de armazenamento), serviços (educação, saúde e apoio a empresas cooperativas) e um pacote de apoio à agricultura através de disposição de crédito, extensão, pesquisa, sementes melhoradas e posse da terra, conservação do solo e desenvolvimento da pecuária.

O valor total do Projeto era da ordem de US\$ 67, 30 milhões, dos quais US\$ 24,0 milhões oriundos do Empréstimo com o Banco Mundial e os outros do Governo Federal e do Governo Estadual.

Tabela 05- Plano de Financiamento do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado-PDRI

US\$ milhões				
	Estrangeiro	Local	Total	%
Apoio Produtivo	1,6	8,94	10,55	15,7
Apoio ao Crédito	3,35	18,06	21,41	31,8
Infraestrutura	5,18	12,84	18,02	26,7
Administração do Projeto	0,22	1,93	2,15	3,2
Contingência	3,04	12,13	15,17	22,6
Total	13,40	53,90	67,30	100

Fonte: Elaboração própria

Tabela 06-- Percentual do valor global por componente do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado-PDRI.

Componente	Valor em %.
Serviço de produção agrícola	18 %do valor do projeto.
Serviço não agrícola de produção	2 %do valor do projeto.
Crédito de investimento e crédito sazonal para 7.400 agricultores e 580 para pequenas empresas agrícolas	41 %do valor do projeto.
Infraestrutura	35 %do valor do projeto
Administração do Projeto	2 %do valor do projeto

Fonte: (BANCO MUNDIAL, 1978, p. 4)

- O Projeto também previa na modalidade Armazenamento e Marketing o valor de US\$ 1,4 milhões, onde previa a construção de 50 centros de comercialização: (a) os mini-mercados para venda de produtos; (b) armazéns e loja de produtos (principalmente feijão e farinha de mandioca); e (c) lojas de varejo para insumos agrícolas. Também estava previsto a construção de um entreposto frigorífico de 1000 toneladas de capacidade.
- Também previa no valor de US\$ 1,1 milhões para o acompanhamento de micro empreendedor em aconselhamento e previa que o SEBRAE e a NAI-PB.
- No projeto foi instituída a modalidade credito rural sendo tanto voltado para o pequeno agricultor como para a microempresa. No valor de 1,3 milhões para microempresa e US\$ 20,1 milhões para os pequenos.

No item Estradas rurais (US\$ 13,2 milhões), o projeto pretendia atualizar 72 quilômetros de estradas estaduais para o DER (Do departamento de rodovia estadual), normas de base, e fazer melhorias no local ao longo de mais 73 km; reconstruir 92 quilômetros de principais estradas vicinais municipal a um nível melhorado e proporcionam essencial drenagem e melhora superfície por mais 85 km.

No item Educação e Formação (US\$ 3,9 milhões) pretendia incluirreorganizar vários aspectos do primário sistema de ensino no Brejo. A distribuição das escolas deveria ser racionalizado, e melhorou o acompanhamento fornecido por meio da construção, mobiliário e equipar 74 escolas primárias.

Quanto à implementação do Projeto, essa enfrentou inúmeras dificuldades, incluindo uma seca prolongada para 1979 a 1985, invasão da praga bicudo do algodão, a erosão de financiamento de contrapartida pelo pagamento atrasado em face da inflação e resistência à titulação de terras mais seguras. Distante dessas dificuldades, e apesar de os desembolsos do Banco terem sido abaixo do esperado, o Projeto esteve próximo de atingir os seus objetivos físicos.

De um modo geral, metas físicas representam meios para um fim (postos de saúde, extensão agentes nomeados, malhas de estradas construídas, etc.), ao invés de seremo objetivo final, que consistiria na conquista de rendimentos mais elevados para os pobres rurais. A auditoria viu clara evidência de que os benefícios esperados tinham que fluir a partir destes objetivos intermédios.

O Projeto foi executado em duas etapas, sendo que na primeira, a de implantação, foram beneficiados 14 (quatorze) municípios e na segunda etapa, que consistia na ampliação subsequente dos serviços implementados na área, foram incluídos mais 7 (sete) municípios. O escritório regional era situado na cidade de Areia.

Quanto à sua execução, verificamos que dos recursos inicialmente previsto para o projeto, através do Contrato de Empréstimo BIRD nº 1537/BR, no montante de US\$ 24,000. 00 reduzi-o para US\$ 16,000. 00 foi desembolsado até 31/03/1987, o valor de US\$ 12,929,708.

De forma geral, quanto à avaliação do Projeto, os beneficiários e os líderes locais apontaram particularmente a infraestrutura física (estradas, eletrificação rural, saúde uma “mini-indústrias agrícolas”) como os principais benefícios percebidos do projeto. Isto não deve, necessariamente, ser tomado como evidência de que as despesas em extensão, crédito e

pesquisa foram eficazes. Apenas que os benefícios do projeto são menos facilmente percebidos pelos destinatários.

Os produtores relataram que o aumento da horticultura em produção fez com que o trabalho agora pode ser obtido em um casual com base em qualquer época do ano: Não é mais necessário para migrar para o Rio ou São Paulo, de julho a dezembro. Os postos de saúde e escolas estão a funcionar, e por uma formação de membros para fornecer educação primária e preventiva e tarefas médicas simples têm mantido os custos recorrentes de seus serviços a um nível administrável e, portanto, em muito ampliou a gama de pessoas recebendo serviços de educação e saúde simples.

O programa POLONORDESTE apoiado por estes projetos teve como objetivo global a melhoria dos rendimentos e do nível de vida da população rural no NE, e a redução das disparidades em o desenvolvimento econômico e social entre as áreas rurais do NE e grande parte do resto do país. Um objetivo secundário importante foi o de fortalecer o planejamento e execução de projetos e capacidade de coordenação das agências responsáveis.

II.2- Projeto Nordeste-PB(PAPP) e seus resultados.(período 1987-1996)

O Projeto Nordeste compreende um programa de desenvolvimento para o Nordeste brasileiro, sendo criado pelo Decreto n ° 91.178 de 1 de Abril de 1985. Este projeto foi planejado, implantado e desenvolvido pelo Ministério do Interior e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE, no cenário nacional e regional respectivamente. Criado o Programa de Desenvolvimento da Região Nordeste-Projeto Nordeste, visando o desenvolvimento econômico e social da Região, assim entendida a área sob jurisdição da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (BRASIL, 1985). Em cada estado da região Nordeste foi criado um Projeto Nordeste com característica e competência próprias. “Competirá à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE, a coordenação executiva dos trabalhos para implantação dos programas que integrem o Projeto Nordeste” (GOVERNO FEDERAL, 1985).

No que diz ao controle e avaliação “Compete à Secretaria de Planejamento da Presidência da República a avaliação da eficácia de cada Programa do Projeto Nordeste, após manifestação da Comissão Interministerial” (GOVERNO FEDERAL, 1985, p. 1). Com a

previsão inicial de duração de 15 anos, e planejamento de 5 em 5 anos, o Projeto Nordeste possuía os seguintes objetivos: a) explicitação das diretrizes gerais para o desenvolvimento econômico e social da Região; b) detalhamento de estratégias prioritárias, enquadradas nas diretrizes gerais, para o desenvolvimento rural, urbano e dos diversos setores econômicos e sociais; c) operacionalização de cada estratégia, através da implantação de programas prioritários, compreendendo diretrizes programáticas, a nível nacional e regional, e programas específicos para cada Estado.

Foi criada uma Comissão Interministerial para a implantação do Projeto Nordeste. Possuindo poderes de instituir regulamentos. Cabendo inclusive fixar diretrizes gerais da política de desenvolvimento para o Nordeste, definir estratégias básicas, supervisionar a execução dos Programas abrangido no Projeto Nordeste. Seguem na tabela os ministérios que integraram esta Comissão.

Tabela 07- Comissão Interministerial para a implantação do Projeto Nordeste

Secretário Geral do Ministério do Interior	Presidente
Secretário Geral da Secretária De Planejamento da Presidência da República.	Membro
Do Ministério da Fazenda	Membro
Ministério da Agricultura	Membro
Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários	Membro
Ministério da Educação	Membro
Ministério da Saúde	Membro
Superintendente da SUDENE	Membro

Fonte: Elaboração própria

Os recursos financeiros para a execução do Projeto Nordeste foram anualmente consignados à dotação específica no Orçamento do Ministério do Interior, que os repassará aos Estados, aos Ministérios setoriais e aos demais órgãos participantes, conforme os cronogramas aprovados observados a legislação específica relativa ao FINSOCIAL, Programa de Integração Nacional - PIN e Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste PROTERRA (BRASIL, 1985).

Na Paraíba, o Projeto Nordeste foi instituído pelo Decreto nº 10.598 de 12/02/1985, seguindo o modelo criado pelo Governo Federal. Sendo da competência da Unidade Técnica, pré-selecionar as Áreas-Programa e as áreas-Projetos, obedecendo aos objetivos e critérios do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural-PAPP. Proceder à alocação dos recursos por componentes e subcomponentes, obedecidos aos limites estabelecidos e as prioridades

estaduais, submetendo-as, juntamente com as áreas pré-selecionadas, à apreciação da Comissão Paritária Estadual.

Coletarão informações junto aos órgãos potencialmente executores e elaborarão o Plano Operativo¹⁰ por componente e subcomponente; Submeterão o Plano Operativo Estadual à Comissão Paritária¹¹ Estadual, para dar parecer consultivo final sobre a coerência da proposta com as diretrizes gerais e setoriais do Programa, depois encaminha à SUDENE, para análise. A SUDENE, após aprovação dos Planos Operativos, deverá liberar os recursos aos Estados conforme o cronograma. Os Estados recrutarão Órgãos e Entidades para efetivação da execução, por meio da contratação de serviço. Os Estados deverão concentrar a atuação do PAPP em áreas selecionadas, priorizando aquelas de assentamento (federais e estaduais), de irrigação e outras potencialmente produtivas. A SUDENE deverá concentrar o acompanhamento nos indicadores finalísticos.

Com o Decreto nº 91.179 de 1 de Abril de 1985 é criado o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural-PAPP no cenário nacional. O PAPP se torna um dos vários programas dentro do Projeto Nordeste. O programa era voltado para os pequenos agricultores. Considera pequeno agricultor aqueles que sua propriedade não ultrapasse 100 hectares de terra. Entre algumas das metas do PAPP se encontrava propiciar para cada pequeno agricultor: acesso aos meios de produção, tecnologias e ao mercado. Todos os programas em atividade como o POLONORDESTE, PROJETO SERTANEJO, PROHIDRO, PRONACOR foram incorporado ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural-PAPP.

Dentre as principais ações do PAPP, algumas estão direcionadas, como:

- I- Ação Fundiária;
- II- Recursos Hídricos;
- III - Crédito Rural;
- IV Pesquisa Adaptada;
- V Assistência Técnica e Extensão Rural;
- VI Comercialização;
- VII Apoio às Pequenas Comunidades Rurais.

¹⁰ Plano Operativo- É o planejamento anual que a Unidade Técnica prepara.

¹¹ Era uma comissão com várias secretaria que trabalhava com o objetivo do programa.

O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural-PAPP, no âmbito de cada Estado, foi concebido com o propósito de aumentar a produção, a produtividade e as oportunidades de empregos de um número determinados de pequenos produtores rurais. Os subprojetos deverão seguir os objetivos e as estratégias do PAPP, tais: Que seja diretamente relacionado com a finalidade do PAPP, que é de aumentar os níveis de renda e de bem-estar dos pequenos produtores rurais; os conteúdos produtivos dos subprojetos devem ser claramente traduzidos em metas e refere-se a espaços geográficos; o conteúdo produtivo dos subprojetos constitui a base à identificação e programação das linhas de ação e atividades que permitirão alcançar as metas e objetivos; os beneficiários dos subprojetos deverão participar efetivamente em todas as suas etapas: Identificação dos problemas, escolha de soluções entre as alternativas disponíveis, escolha e detalhamento dos processos produtivos, dos serviços técnicos e dos modelos de gestão, planejamento das ações, execução do subprojeto, avaliação e aperfeiçoamento; os subprojetos devem ser viáveis, quanto aos aspectos técnicos, financeiros e econômicos.

GOVERNANÇA: Quanto aos mecanismos de coordenação e gerenciamento do Projeto, estes se efetivavam em vários níveis.

No Plano Federal encontrava-se a Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República-SDR/PR: órgão central de coordenação do Programa, com função geral de fixação de diretrizes, planejamento, articulação institucional, supervisão e controle.

No nível regional, aparece a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE, enquanto organismo de coordenação regional do Programa, com função de análise, harmonização e consolidação das propostas de projetos e supervisão, monitoramento e controle financeiro dos subprojetos e planos operativos estaduais. E também a Comissão Regional de Desenvolvimento Rural (CRDR), órgão consultivo do Programa que opinará sobre diretrizes, programação anual e relatórios anuais.

No nível estadual, existiam as *Unidades Técnicas Estaduais*- UT, que consistiam em instâncias de coordenação integradas nas estruturas de Estados (planejamento ou agricultura), com funções de planejamento operativo, controle financeiro e supervisão de campo dos subprojetos. *E também os Conselhos Estaduais na qualidade de espaço institucional* deliberativo que substituirão as atuais comissões paritárias. Terão como função a análise e aprovação dos subprojetos e planos operativos antes do encaminhamento à

SUDENE. Estes conselhos deverão contar com representantes dos Governos Estaduais e das organizações dos beneficiários dos Programas.

No nível local aparecem às organizações dos Beneficiários que se estabeleciam para a implementação e gerenciamento dos subprojetos. A estrutura previa ainda a existência de uma comissão, em nível de cada município, que poderia ser criada, garantida a representação dos beneficiários, por meio do sindicato, dos órgãos e entidades envolvidos na execução do Programa.

O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural-PAPP além de já ter objetivos preestabelecidos com sua própria criação por lei federal, no caso da Paraíba com a contratação do acordo de Empréstimo nº 2860-BR foi aprimorado com objetivo de atender as particularidades estaduais. Um dos objetivos era: Beneficiar diretamente o número de 37.800 famílias de baixa renda que trabalhem com até 100 hectares em 96 municípios do Estado da Paraíba. A) aumentar a produção e a produtividade agrícola, B) Geração e renda e oportunidade de emprego para as famílias rurais de baixa renda, C) Promover o desenvolvimento de recursos hídricos e geração e difusão de tecnologia que propicie a diminuição para os pequeno agricultores a vulnerabilidade de secas e surtos de pragas, D) Aumentar a participação da comunidade em todas as fases do processo de desenvolvimento, E) Fortalecera capacidade institucional do Estado da Paraíba para fornecer serviço eficiente aos pequenos agricultores a fim de satisfazer os seus objetivos o projeto apoiara recursos hídricos e desenvolvimento para a agricultura domestica.

Compete a Unidade Técnica: Identificar, em conjunto com os beneficiários as oportunidades de subprojetos passíveis de financiamento; Analisar as propostas de subprojetos e submetê-las ao Conselho Estadual que encaminhará a SUDENE; Identificar e selecionar as organizações dos beneficiários para implementação dos subprojetos; Firmar acordo , contratos ou convênios com as organizações dos beneficiários encarregados da gestão dos subprojetos; Preparar orçamento anual e plurianual e plano operativos anuais-POA; Repassar os recursos para as organizações executoras dos subprojetos; Supervisionar a implementação das ações a nível de campo e auditar a ampliação dos recursos nos subprojetos; Executar monitoramento e avaliação dos subprojetos.

O programa direcionou seu foco para a comercialização que se dividia em duas vertentes: compreende desde a produção no seu melhoramento de qualidade, quando na produtividade. Neste cenário busca o fortalecimento de cultura como o Algodão e a Batatinha inglesa, no

primeiro em combate ao Bicudo com novas tecnologias, já na segunda o governo forneceria matérias primas para que os agricultores pudessem produzir. No entendimento do PAPP, o entendimento era que a Água e a Terra são fatores de produção, isto porque o Brasil até então predominava a economia da agricultura. Outro foi o Crédito Rural que até então não teve bastante sucesso.

TABELA 08-- Etapas de elaboração e contratação do Empréstimo junto ao Banco Mundial para financiar o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor-PAPP

Etapas de elaboração do Empréstimo	
Etapas	Período
Identificação	1984
Preparação	1984-1986
Avaliação	Dezembro 1986
Negociações	13 maio 1987
Apresentação	30 de junho de 1987
Empréstimo Assinatura	20 de julho de 1987
Eficácia do Empréstimo	Novembro 1987
Empréstimo de Encerramento	30 de setembro de 1995
Conclusão do Projeto	31 de dezembro de 1996

Fonte: (Banco Mundial).

A União celebrou, em 20 de julho de 1987, contrato de empréstimo externo n° 2860-BR com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento-BIRD, no valor equivalente a US\$ 60 milhões destinados a financiar, parcialmente, o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural-PAPP, executado pelo Estado da Paraíba. Segue o MAPA indicando as áreas escolhidas para implantação do projeto.

MAPA 02-ARÉA DE ATUAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL-PAPP NO ESTADO DA PARAÍBA.



FONTE: (PROJETO NORDESTE-COMISSÃO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, 1989)

Alguns problemas na execução do Programa foram insuficiência de recursos de contrapartida; Demora na efetivação dos contratos de empréstimos e dos acordos de projeto por parte do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento- BIRD; Capacidade limitada dos Estados em planejar e implementar projetos de irrigação; Dificuldades institucionais da extensão rural; Inatividade do componente de crédito rural e a quase paralisação da ação fundiária. “Estas dificuldades resultam da desarticulação institucional e da incompreensão por parte do poder político (executivo e legislativo), quanto ao Programa que, ao incorporar a participação dos beneficiários nas decisões, é mal interpretado e rotulado como um poder paralelo.” (CRDR-1989-Pg. 1).

Também a proposta de integração entre as várias ações do governo no âmbito Estadual não prevaleceu, conseqüentemente houve grande dispersão de recursos e de atividade na área de atuação. O aporte de recursos nacionais apresentou aquém das necessidades mínimas, além do processo inflacionário incidente sobre esses recursos, notadamente até o exercício de 1987 e , em 1988, quando a correção aplicada aos valores ficou muito abaixo da necessidade de atualização real.

O PAPP, pelo componente Ação Fundiária/PDSFN, constitui-se, no momento, em um dos instrumentos de acesso a terra (...) já vem sendo executado em alguns Estados, viabilizar

os assentamentos em áreas desapropriadas. (CRDR-1989-pg, 1). “Apesar da constatação de avanços significativos no processo de organização e participação dos trabalhadores, é identificada uma relevante distorção quando à proliferação de associações comunitárias, criadas sem critérios mais objetivos com relação ao embasamento associativo na linha de organização da produção, porém, o mais das vezes, com a finalidade de conseguirem financiamento do Programa” (CRDR-1989-pg, 2).

“Como conseqüência, os benefícios advindos dos componentes de Ação Fundiária, foram muito pouco sentidos pelos trabalhadores rurais, comprometendo sobremaneira a estratégia do Programa, principalmente, no que se refere à progressividade das ações em termos de abrangência” (CRDR-1989-pg, 2). As ações para o acesso à água têm permitido, em parte, minimizar os problemas de abastecimento para o consumo humano e animal, entretanto, quase sempre de forma desarticulada com as ações para o acesso a terra. Uma análise do desempenho do PAPP nos primeiros três anos tem alguns fatores a ser considerados: O programa foi concebido tendo como segmentos básicos a ação fundiária e recurso hídrico. Compreende que essas ações deveriam andar juntas para que o Programa alcançasse o devido sucesso, entretanto devido à “ausência de providências relacionadas com o processo de aquisição de terra e ajuste dos projetos técnicos à situação das malhas fundiárias vigente nas bacias hidrográficas estudadas” (Paraíba-1989, pg. 05).

Outro fator que contribuiu para o insucesso do PAPP nos primeiros anos foi à inconstância no fluxo financeiro do programa, que afeta diretamente na programação. O aparelho do governo do Estado da Paraíba sofreu algumas transformações como a secretaria de recursos Hídricos foi extinta e sua atribuição rateada entre a UT do Projeto Nordeste, a SUPLAN e CIDAGRO.

O BIRD, com base nos seus relatórios de supervisão e nos contratos com os organismos coordenadores e executores, submeteu à consideração do Governo brasileiro especificamente à Secretária do Desenvolvimento Regional da Presidência da República-SDR/PR, em 01 de junho de 1990, uma proposta de modificação do PAPP. Sendo que em 12 de novembro de 1990, através do aviso NR 588, encaminhou ao Banco Mundial sua contraproposta. A proposta de reformulação do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural-PAPP, apresentada pela Secretária de Desenvolvimento Regional- SDR ao BIRD, em 28 de março de 1991.

Foram apresentadas neste processo de reformulação do PAPP, duas propostas norteadoras de descentralização que se compreende: A participação das organizações dos beneficiários no processo de identificação e planejamento, bem como na assunção das responsabilidades de gestão dos subprojetos, e a outra é a participação dos municípios, que deveria ser consultado na fase de planejamento dos subprojetos.

Marco de Referência da Nova Proposta.

- Atendimento das necessidades básicas da população, erradicando a pobreza urbana e rural e assegurando, ao mesmo tempo, condições para uma distribuição mais equitativa da renda e da riqueza, de modo a permitir o contínuo melhoramento das condições e da qualidade de vida dos seus habitantes.
- Criações de condições para o crescimento integrado, Autossustentável e espacialmente equilibrado da Região, fortalecendo seus mercados internos potencializando o uso das capacidades e recursos e interiorizando o crescimento.
- Elevação seletiva da competitividade da produção regional, de maneira a contribuir para o esforço de modernização e crescimento do país e avançar no processo de integração e complementação da estrutura produtiva nacional.
- Redução substancial das disparidades de renda atualmente existentes com relação aos centros mais desenvolvidos do País.
- Reversão das tendências em curso de deterioração dos recursos naturais e do meio-ambiente.

A falta de autonomia administrativa e financeira acarretaram inúmeros transtornos no andamento de implementação do Projeto, como também procedimento moroso de registros contábil do recurso do PAPP trouxe grande prejuízos na liberação de recursos; Falta de pessoal capacitado entre outras coisas.

Dos US\$ 60,00 milhões contratado pelo Empréstimo 2860-BR apenas US\$ 8,04 milhões tinha sido utilizado até 12/1989, restando assim US\$ 51,96 milhões para o período de 1990 a 1994. Seguem na planilha os dados explicativos.

Tabela 09-- Recursos utilizados na primeira etapa do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural-PAPP e a distribuição de recursos por modalidade.

Em: US\$ 1,0

Componente	Estimativa dos Recursos Aplicados até 31/12/89.			Recursos Totais Programados no Período.	Recursos Utilizados Em % no período.
	Nacional	BIRD	Total		
Rec. Hídricos (Irrigar. Pública).	178.528	418.898	598.426	5.808.600	10
Rec. Hídricos (outras Ações).	523.696	1.221.958	1.745.654	4.277.700	41
G.D.C. T	369.009	359.072	728.081	3.344.800	22
A.T.E. R	1.339.705	1.305.156	2.644.861	7.088.300	37
Crédito Rural	101.226	101.226	202.452	14.792.900	1
Comercialização	766.233	766.233	1.532.466	2.488.600	62
A.P.C. R	1.149.450	2.682.050	3.831.500	4.694.900	82
Administração	1.115.890	1.089.767	2.205.657	2.487.400	89
Capacitação	95.660	95.660	191.320	977.900	20
-	5.640.397	8.040.020	13.680.417	45.961.100	30

Fonte: (Projeto Nordeste, 1989)

Tabela 10-Principais resultados alcançados entre 1987 a 1989

Tabela 10- Principais resultados alcançados entre 1987 a 1989

Resultado por Ação	Nº
Assistência Técnica Rural-ATER	
Unidade de Produção assistida	12.812
Família assistida	13.694
Comunidade assistidas	511
GDCT	
Ensaio instalados	34
Teste de ajuste implantado	134
Sementes básicas produzidas	90
Mudas produzidas	255 mil
Animais produzidos/ adquiridos	
Caprino	82
Ovino	120
Apoio às Pequenas Comunidades Rurais-APCR	
Municípios assistidos	96
Comunidade assistidas	462
Famílias assistidas	33.351
Projetos produtivos	422
Equipamentos públicos comunitários	43
RECURSOS HÍDRICOS	
Famílias beneficiadas c/ abastecimento d'água	6.389
Comunidade assistida c/ abastecimento d'água	108
Alevinos distribuídos p/ peixamento de açude	52.000
CAP	
Produtores beneficiados	4.188
Produção adquirida (kg)	10.652
CEP	
Produtores beneficiados	1.769
Produção adquirida (t)	1.763

Abastecimento de insumo (prod. Benef).	2.238
SIMA (produtores orientados)	6.354
PROJETO PADRE CÍCERO	
Açude	8
Poços tubulares	70
Cisternas construídas	2.740
Beneficiários	13.409
Produtores assistidos	1.405
Áreas (hac)	3.617
PAI-SERRA DO TEIXEIRA	
Produtores beneficiados	965
Área assistida	965
Produtores beneficiados com CAP	134
Produtores beneficiados com CEP	965
PAI-ENGENHO GERALDO	
Produtores beneficiados	247
Área assistida (Hac)	300
Produtores beneficiados com CAP	107

Fonte: (Projeto Nordeste, 1989)

CAPITULO III – PROJETOS COOPERAR I e COOPERAR II

III.1 –COOPERAR I: Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR) – 1998-2006

O Projeto Cooperar do Governo do Estado da Paraíba, criado pela lei, nº 6.523 de 10 de setembro de 1997, sucedâneo do Projeto Nordeste-PB. É um órgão público vinculado a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido do Estado da Paraíba. Compõem sua área de abrangência territorial: “O Projeto será desenvolvido em 222 municípios que compõem o Estado da Paraíba. Fica excluído apenas o município de João Pessoa, por se constituir 100% de área urbana”. (PARAÍBA, 2001) Seu objetivo é reduzir a pobreza rural e suas conseqüências, mediante o financiamento de pequenos investimentos produtivos, infraestrutura e sociais, de uso comunitário.

O Projeto Cooperar é parte de um programa mais amplo do Banco Mundial, de combate à pobreza rural no Nordeste, o Northeast Rural Poverty Alleviation Program – Programa de Alívio da Pobreza Rural no Nordeste –, e está plenamente articulado às novas estratégias dessa instituição, delineadas a partir do objetivo de combater a pobreza através do estímulo à participação das populações locais na definição dos investimentos do Estado (VIEIRA, 2008).

Nos outros Estados do Nordeste, há projetos similares ao Projeto Cooperar. Na Bahia, é denominado Produzir, no Ceará, São José, Maranhão, Prodim, em Pernambuco, Prorural, em Sergipe, Santa Maria. Com o mesmo objetivo de reduzir a pobreza rural e suas conseqüências. Contraindo empréstimos junto ao Banco Mundial para aplicar, recursos financeiros, nas comunidades rurais.

Em 16.02.98 foi firmado o Empréstimo nº 4251/BR entre o Governo do Estado da Paraíba e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento-BIRD, para o cofinanciamento do Projeto de Combate à Pobreza Rural-PCPR. O projeto, que estava previsto para ser executado em cinco anos de 1998 a 2003 pelo Projeto Cooperar. Entretanto se estendeu até o ano de 2006. O custo total de US\$ 80,0 milhões, dos quais o banco mundial participa com US\$ 60,0 milhões, o governo estadual com US\$ 12,9 milhões e os beneficiários com os outros US\$ 7,1 milhões.

Plano De Financiamento (gasto de 1998-2006).

TABELA 11- Desempenho Geral do Projeto de Combate a Pobreza Rural-PCPR

Fontes	Valor (US\$ milhões)	Participação %
BIRD	60,00	75,0
Governo estadual	12,90	16,1
Associação	7,10	8,9
Total	80,00	100,0

Fonte: (PARAÍBA, 2001)

O Projeto Cooperar tem sua Sede localizada no km 14, da BR 230 Estrada de Cabedelo, antes funcionava na Av. Rui Barbosa no Bairro de Beira Rio da Torre. Várias gerências e escritórios regionais, espalhados pelo Estado da Paraíba, que compreende: Escritório de Monteiro, Escritório de Campina Grande, Escritório do Litoral, Gerência de Areias, Gerencia Itaporanga, Gerência de Patos, Gerência de Pombal. Sendo que o Escritório do Litoral Paraibano fica na Sede do Projeto Cooperar, na Estrada de Cabedelo. O Escritório de Campina Grande, na Cidade de Campina Grande, A gerencia do Brejo na Cidade de Areias, a gerencia do Sertão Paraibano no município de Cajazeiras, a Sede do Cariri Paraibano na Cidade de Monteiro.

Estrutura Administrativa.

a) Nível Central

- Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão – SEPLAG
- Unidade Técnica do Projeto Cooperar – UT

b) Nível Regional

- Gerências e Escritórios Regionais

c) Nível Municipal

- Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS.

d) Nível Comunitário

- Organizações Comunitárias (Associações Comunitárias, Cooperativas, Núcleos de Integração Rural, Colônias de Pescadores, Aldeias Indígenas, Associações de Quilombolas, de Assentados da Reforma Agrária, dentre outras).

Área de atuação do projeto cooperar, compreendendo o estado da paraíba por gerencia regionais¹² e escritórios¹³.

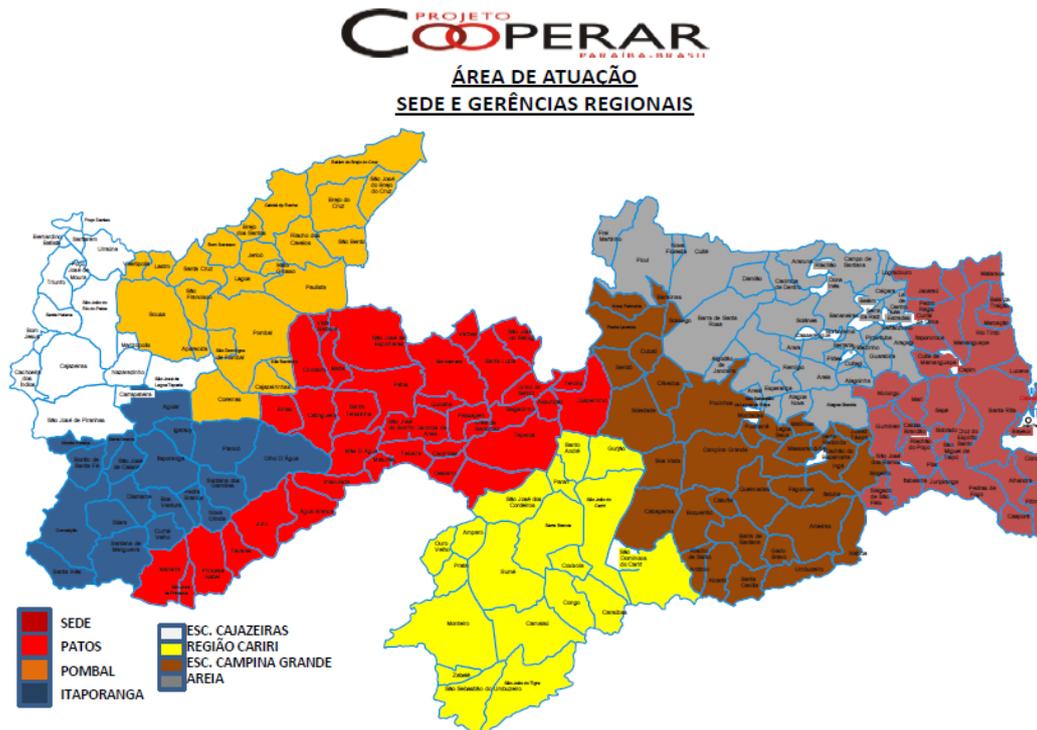


Figura 1 FONTE: PROJETO COOPERAR

Os Objetivos do Projeto CooperarI, de acordo ao diário oficial (05/09/1997) no seu art. 2 °, são:

- Definir, formular e coordenar o planejamento, a execução e o controle das ações direcionadas a provisionar a infraestrutura social e econômica básica das comunidades mais pobres da zona rural;
- Criar oportunidade de geração de renda e de emprego, para as camadas mais pobres do meio agrícola, visando combater a pobreza rural e suas conseqüências;
- Assegurar a execução unificada das metas propostas nos planos operativos anuais;

¹² Gerência criada pela lei que instituiu o Projeto Cooperar.

¹³ Escritório criado por ordem do gestor do Projeto Cooperar para atender um fim transitório.

- Acompanhar aos resultados obtidos junto ao público alvo, evidenciando as modificações econômicas e sociais resultantes do processo.

Os principais beneficiários das políticas desenvolvidas pelo Projeto Cooperar serão os habitantes das comunidades rurais pobres e sedes municipais do estado com até 7.500 (sete mil e quinhentos) habitantes (PARAÍBA, 2001). O programa é de cunho socioeconômico e está direcionado para a redução da pobreza rural e suas consequências, sempre direcionada ao atendimento de associações e cooperativas. A proposta, que é desenvolvida em sua concepção pela associação e apresentada ao conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável onde é discutida, em reunião, sua legitimidade no que diz respeito ao estatuto, tempo de vida de existência da associação, procedência no que diz respeito à participação nas reuniões e entre outros aspectos.

Já junto à política do governo do Estado e do Banco Mundial que está direcionada para os macros deficiências de indicadores que comprometem o desenvolvimento socioeconômico de grandes regiões. Tais políticas contemplam IDH-M, índice de incidência pluviométrica, quantidade de mulher, quantidade de jovens e crianças que a proposta do subprojeto pretende alcançar. Além destas duas especificações, os técnicos do Projeto Cooperar faz em uma análise, na reunião do conselho, sobre a viabilidade técnica como, por exemplo, potencialidade de mão-de-obra, históricos de sucessos nas diversas políticas implantados na comunidade, questão de impacto ambiental e etc.

Forma de Execução dos Recursos

Primeiramente é necessário ter uma paisagem que justifique um esforço do Governo Estadual e Banco Mundial para criar condições administrativas, política e financeira para amenizar o problema. No caso do Estado da Paraíba, isto sempre foi possível já que o retrato agrário e social é alarmante, em deficiência. Neste contexto o Governo Estadual elabora um plano que por ser muito complexo, torna necessário a criação de uma estrutura física que compreende: contratação de pessoal, espaço físico, compra de material necessário para manipulação de informações, transporte para que seja possível o andamento deste plano.

Depois que a estrutura física e o plano concluído é necessário que seja apresentado, o plano, aos representantes legal do povo que é ao poder legislativo do Estado. Para que seja autorizado a contratação de empréstimo junto a organismo financeiro internacional. Em

paralelo a este andamento, o Governo do Estado envia o plano para a Comissão de Financiamento Externo-Cofix que depois de ser analisado o pedido de empréstimo junto ao ministério da economia é autorizado ou negado.

Depois que o Governo Federal, Assembléia Legislativa do Estado, Senado Federal é a vez do Banco Mundial analisar as conta do Governo Local, levantar críticas ao plano e por fim emitir seu parecer favorável ou contrário a concessão de empréstimo para a unidade da federação.

De acordo com o diário oficial do dia (05/09/1997), são fontes de recurso do Projeto Cooperar: (a)empréstimo e contribuições de organismos internacionais;(b) dotações especiais consignadas no orçamento geral do estado da Paraíba; (c)recursos oriundos dos orçamentos das prefeituras municipais, e das associações comunitárias , envolvidas no projeto; (d) recursos de qualquer origem alocados ou transferidos do governo federal, órgãos públicos e privados em favor do Projeto de Combate à Pobreza Rural(PRPR).

O Banco Mundial, além de emprestar o recurso financeiro, ele também exerce o papel de fiscalizador junto ao tomador do empréstimo. No caso do governo da Paraíba, quando contrata um empréstimo desta magnitude, é criada uma comissão para estudar e analisar junto com o Banco Mundial o meio e a forma mais adequada para gastar este recurso financeiro.

Normalmente a composição financeira do Projeto/Programa envolve recursos do Banco Mundial, do Governo da Paraíba e dos beneficiários. Compreende:

Banco Mundial: 75,0%

Estado: Até 15,0%

Comunidades: No mínimo, 10,0%.

SUBPROJETOS: A forma de aquisição do subprojeto é sempre através de associações. Onde a comunidade constitui-a para representá-la. Depois que a associação eleger sua principal demanda, envia ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável-CMDRS, o qual prioriza qual dos subprojetos apresentados pelas associações em ordem decrescente. Sendo concluído este processo, o CMDRS envia por escrito as principais demandas. O Projeto Cooperar recebendo analisa e avalia pelo prisma técnico, econômico e sustentável, dando assim o último passo para o convênio. Quandoo Projeto Cooperartrabalha

com a lei Nacional de Licitação a lei nº 8.666, já com os recursos provenientes do Banco Mundial, trabalha com um modelo de licitação de abrangência internacional.

Tipologia de Subprojetos

INFRAESTRUTURA- Compreende investimentos que proporcionem facilidades a serviços públicos, às comunidades: Sistemas de Abastecimento D'Água (singelo e completo), Passagem Molhada, Cisternas, Melhorias de Acesso Rural, Complexo Sanitário Domiciliar, dentre outros;

PRODUTIVO- São investimentos de uso associativo orientados para a integração social e a melhoria de bem estar das comunidades: resíduos sólidos, atividades culturais, centro social de inclusão produtiva produção comunitária, dentre outros;

SOCIAL- Compreendem investimentos de natureza produtiva a serem operacionalizados pelas Associações e Cooperativas, cuja produção esteja voltada para o mercado: Apoio à Apicultura, Caprinocultura, Piscicultura, Avicultura Alternativa, Agricultura Irrigada, Usina de Beneficiamento de Leite, Produção Artesanal, dentre outros.

O Projeto Cooperar I possui como objetivo a redução da pobreza rural e suas consequências, mediante o financiamento, não reembolsável, de pequenos investimentos de uso comunitário, denominados subprojetos comunitários, e o fortalecimento de associações comunitárias como instâncias geradoras de cidadania. Tais investimentos foram realizados por três componentes, que são o Programa de Apoio Comunitário-PAC, Fundo Municipal de Apoio Comunitário-FUMAC e o Fundo Municipal de Apoio Comunitário Piloto-FUMAC-P.

O Programa de Apoio Comunitário-PAC, onde não precisa que a associação apresente ao conselho para ser aprovada a demanda. O Projeto Cooperar repassava os recursos para as associações diretamente.

O Fumac é o fundo municipal de apoio comunitário, representa uma ferramenta de descentralização na execução do Programa. Através do Fumac, as associações encaminham as demandas à Unidade Técnica do Projeto Cooperar. O Fumac constitui conselho, congregará os representantes das comunidades rurais, igrejas, poder público e ONG'S compreendidos no território municipal. As principais funções dos conselhos municipais do Fumac é selecionar e priorizar as propostas, interceder junto aos poderes constituídos no sentido de assegurar a fidelidade

execução, comunicar à Unidade Técnica desvio na execução do projeto. Acompanhar o processo licitatório. A composição do conselho é de 80 % de representante das associações e 20 % de representante do poder público.

Já componente, Fumac-P, é uma experiência piloto, cujo objetivo é promover maior descentralização da execução do Programa, com autonomia dos conselhos municipais na gestão dos recursos e na coordenação da execução dos subprojetos e de maior integração com o município. No Fumac-P, o conselho passa ter a responsabilidade pela análise, aprovação e liberação dos recursos dos subprojetos para as comunidades. Todos os conselhos trabalharão com um orçamento indicativo aprovado pelo Projeto Cooperar. As responsabilidades do Fumac-P é a mesma do Fumac acrescentando a de elaborar os planos operativos anuais, analisar e aprovar, em primeira instância, os subprojetos apresentando pela as associações, transferir recursos para as associações, administrar os recursos financeiros repassados pelo Cooperar.

Como resultados, temos que o Projeto Cooperar atendeu, com o valor de US\$ 81,7 milhões, 153.986 famílias com um montante de 3.373 subprojetos. Criou junto às associações o número de 199 conselhos municipais no âmbito do Fumac, 46 % a mais do que o previsto. Entre as ações empreendidas pelo Estado da Paraíba para combater as causas e conseqüências da pobreza no seu território, principalmente as comunidades rurais no processo de desenvolvimento, onde todos os 222 municípios foram atendidos. Ações e benefícios do Projeto Cooperar foram estendidos também a comunidades indígenas e quilombolas que habitam no interior da Paraíba.

As comunidades indígenas estão localizadas nos municípios da Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto, já as comunidades Quilombolas estão espalhadas nos municípios de Santa Luzia. O total de R\$ 1,5 milhão foi destinado a 21 subprojetos direcionados exclusivamente para comunidades indígenas e quilombolas.

O total de recursos financeiros contratados e investidos foi de US\$ 80,00 milhões, dos quais o Banco Mundial participou com US\$ 60,00 milhões (75%), o Governo Estadual com US\$ 12,9 milhões (16,1 %) e os beneficiários com os outros US\$ 7,1 milhões (8,9%). A preponderância de demandas de investimentos em infraestrutura e, particularmente, em eletrificação e abastecimento d'água corresponde à realidade das áreas rurais paraibanas, onde a escassez de água acentua as condições precárias em que vivia a maioria dos camponeses. No âmbito do social a demanda era de ordem de melhoria habitacional. A elevação do índice de

desenvolvimento humano (IDH) que passou de 0,557 em 1991 para 0,661 em 2000. Contribuiu também para a redução da mortalidade infantil, a redução do número de analfabeto, a redução da incidência de doenças em geral através de expansão de serviços básicos de abastecimento d'água e energia elétrica, o aumento de renda. Foram 62.484 famílias beneficiadas com eletricidade, 5.077 cisternas construídas, Foram construída ou reformada o numero de 6.442 de casa de alvenaria, Foram construídos 53 centros culturais. A melhoria das estradas tornou possível o tráfego de veículos entre as aldeias, povoados e cidades, ampliando a integração social, o acesso ao mercado urbano e as relações de trocas.

O Projeto Cooperar também entrou, com ajuda considerável, em programas importantes do Estado da Paraíba do Governo Federal.

Programas Leite da Paraíba- Suporte a associações de caprinocultores em doze municípios, financiando a implantação ou a melhoria de usinas de beneficiamento de leite derivados (iogurte, queijo), a aquisição de animais e a instalação de tanques de resfriamento, com investimentos que totalizaram R\$ 657 mil. Das vinte e duas usinas existentes no Estado, quinze tiveram apoio do Projeto Cooperar, e delas se beneficiam diretamente quase mil famílias.

Programa Paraíba em Suas Mãos- O Projeto Cooperar investiu na construção de 4 (quatro) centros comunitários, que vieram a ser conhecidos como “casa das rendeiras”, e centro de comercialização. O aporte de recursos a esse programa foi de R\$ 1,6 milhões.

Programa Luz para Todos- O Projeto Cooperar apoiou o programa com investimento complementares em eletrificação rural, beneficiando 6.782 famílias de assentamentos e vilas rurais de 97 municípios, com ligação gratuita de energia até os domicílios. Esses números de famílias correspondem a 32 % do total de famílias atendidas pelo Programa Luz para Todos no Estado da Paraíba, tomando o dado de 21.376 famílias registrado em planilha de 21 de agosto de 2006 do Comitê Gestor Estadual do Programa. O aporte de recursos agregados a este programa pelo Projeto Cooperar totalizou R\$ 17 milhões.

Ações Emergencial Camará- Em 17 de junho de 2004 ocorreu o rompimento da Barragem Camará, no município de Alagoa Nova, que destruiu casas, plantações, equipamentos e desalojaram milhares de famílias residentes em sítios, assentamentos e povoados rurais de cinco municípios. A coordenação do Projeto Cooperar destinou R\$ 3 milhões para socorrer as vítimas, com a ajuda do Projeto Cooperar foram recuperadas moradias, plantações caminhos

de acesso, poço e passagem molhadas, beneficiando 595 famílias de dezesseis comunidades de cinco municípios.

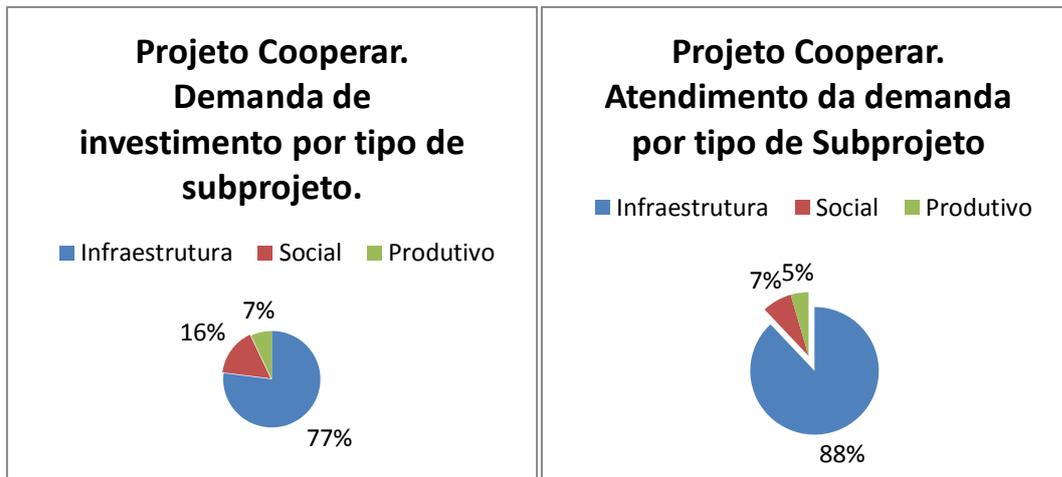
DESEMPENHO GERAL DO PROJETO (1998 – 2006)

Tabela 12- Plano de financiamento do Projeto de Redução da Pobreza Rural

INDICADORES DE DESEMPENHO	META	RESULTADO	Em %
<i>Subprojetos Comunitários</i>			
Projetos implementados (total)	2.840	3.373	119
-infraestrutura	1.846	2.964	161
-social	142	255	180
-Produtivo	852	154	18
Beneficiados			
-Famílias	141.000	154.000	109
-Pessoas	705.000	770.000	109
-Mulheres assistidas em subprojetos produtivos	30	37	123
-Associações comunitárias	1.420	3.360	237
-Municípios atendidos	222	222	100
-Comunidades	-	3.670	-
-Conselhos municipais estabelecidos			
FUMAC	136	199	146
FUMAC-P	20	1	5
<i>Desenvolvimento institucional</i>			
Mobilização comunitária e treinamentos			
-Eventos com famílias, pessoas e associações comunitárias.	120	528	440
-Eventos com conselhos municipais.	468	723	154
Assistência técnica			
-Na implementação de subprojetos comunitários	2.840	154	5
-A conselhos municipais.	156	-	0
<i>Administração do Projeto</i>			
Visitas de supervisão			
-A subprojetos comunitários	5.680	10.119	178
-A conselhos municipais	818	888	109
Relatórios de acompanhamento.			
-Desembolsos mensais e atualização do MIS	60	90	150
-Relatórios anuais e semestrais	10	16	160
Estudos de Avaliação completados	9	-	0

Fonte: (PARAÍBA, 2006)

As figuras 1 e 2 mostram os níveis percentuais de demanda e de atendimento das comunidades, por tipo de investimento.



Fonte: (PARAÍBA, 2006).

III.2 - COOPERAR II - Projeto de Redução da Pobreza Rural (PRPR) – 2010-2014

Objetivando ajudar o Estado nos seus esforços para reduzir à pobreza rural nos municípios da Paraíba, em 28 de maio de 2010 o Governo da Paraíba contratou com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento- BIRD: O Empréstimo n° 7628-BR, destinado a financiar o Programa de Redução da Pobreza Rural-PRPR-Paraíba, no montante de US\$ 28,170. 000.00, o qual foi aprovado em 25/11/2008. O PRPR tem como princípios estratégicos a descentralização, participação comunitária, transparência, legitimidade das demandas e sustentabilidade dos investimentos conquistados pelos beneficiários, com foco na população pobre rural, grupos indígenas, quilombolas, mulheres e jovens.

Tabela 12- Etapas e cronograma do processo de elaboração do Cooperar II

Etapa	Período
1 - Aprovação da Carta Consulta pela SEAIN/COFIEIX	07/12/2006
2 - Revisão pelo Banco Mundial do Documento Conceitual do Projeto;	25/06/2007
3 - Avaliação do Projeto pelo Banco;	18/09/2007
4 - Reunião de Negociações;	16/10/2008
5 - Aprovação pela Diretoria do Banco Mundial;	25/11/2008
6 - Efetividade do Acordo de Empréstimo;	28/05/2010
7 - Primeiro desembolso dos recursos;	11/02/2011
8 - Encerramento do Acordo de Empréstimo;	28/02/2014

Fonte: Projeto COOPERAR, 2014.

O valor total do Projeto é dividido em três fontes de financiamento. Sendo o principal o BIRD, o Governo do Estado e os beneficiários.

Tabela 14- Indicadores do Projeto de Redução da Pobreza Rural-PRPR

Fontes	Valor (US\$ milhões)	Participação %
BIRD	20,90	74,2
Governo Estadual	4,87	17,3
Associações Comunitárias/Cooperativas	2,40	8,5
Total	28,17	100,0

FONTE: MOP-2014

Quanto ao desenvolvimento institucional do Projeto Cooperar II, o mesmo foi dividido em três subcomponente: (I) Mobilização Comunitária, que compreende a assistência dada pela Unidade Técnica do Projeto Cooperar, as associações na divulgação dos recursos disponíveis, na organização dos conselhos municipais, na priorização das propostas entre outras atividades, necessária para o andamento eficiente do Projeto. (II) Assistência Técnica que compreende a disponibilidade pelo Projeto Cooperar de especialistas para a devida implementação de subprojetos que necessitem de cuidados específicos tais como subprojeto de engenharia, irrigação, minindústria entre outros. (III) *Capacitação* é necessário tanto para a capacitação dos servidores que compõe o quadro de funcionários do Projeto Cooperar, quanto os beneficiários dos subprojetos a ser implantado, pois os mesmo precisa ter a capacidade técnica para que os subprojetos tenha a sustentabilidade.

A administração geral do projeto foi realizada pela Unidade Técnica, já que os recursos públicos precisam necessariamente ter o máximo de eficiência e efetividade. Neste componente a administração se utiliza de técnicas de gestão para alcançar os resultados. O componente Administração se divide em três subcomponentes, são eles: (I) *Supervisão* que compreende fornecer os dados atualizados para a alta administração a fim de proporcionar a estes, melhores oportunidades de decisão a tempo. (II) *Monitoramento* é voltado para a execução do planejamento da organização, sempre tomando como norte os indicadores e as normas públicas que proporciona aos que executam a faculdade de ter o apoio técnico para o bem da organização e do público alvo. (III) *Avaliação*, último subcomponente na análise do ciclo do planejamento, este proporciona ao gestor e gerente do Projeto Cooperar, a busca imediata, dependendo dos resultados flutuantes dos subcomponentes *Supervisão* e *Monitoramento*, de índices satisfatórios dos indicadores que o Projeto tem como objetivo alcançar no término da execução do Projeto.

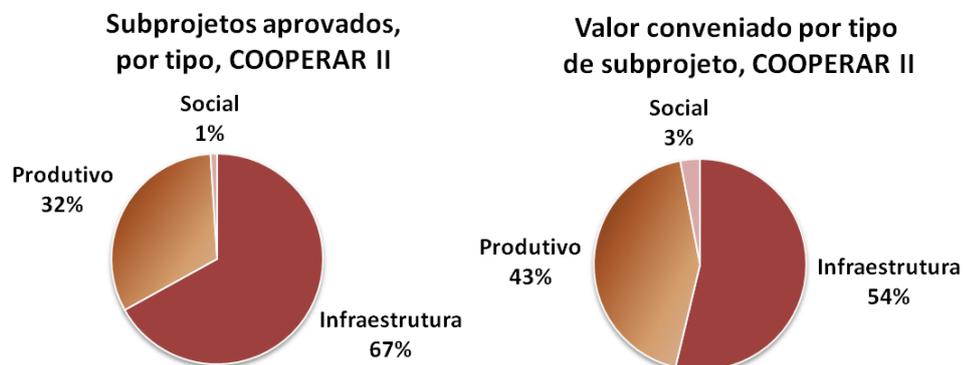
OBJETIVO GERAL:

O Projeto de Redução da Pobreza Rural do Estado da Paraíba – PRPR/Cooperar tem como objetivo principal reduzir a pobreza rural e suas conseqüências, mediante o financiamento de pequenos investimentos produtivos, infraestruturas e sociais, de uso comunitário. Destacamos os subprojetos produtivos nas áreas já atendidas com infraestrutura física/social, visando potencializar o processo associativo e a capacidade empreendedora das comunidades rurais.

O Projeto Cooperar iniciou a liberação dos primeiros convênios para 83 comunidades localizadas nos 50 mais carentes municípios segundo os critérios de IDH, pluviometria e densidade demográfica rural. A partir do mês de junho/2011, como forma de racionalizar esforços e aperfeiçoar resultados, o PROJETO COOPERAR concentrou sua atuação na revitalização/democratização dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, que resultem na prospecção de demandas por subprojetos produtivos, cuja tipologia esteja em consonância com os Arranjos e/ou Cadeias Produtivas seguintes:

- **Alto Sertão** – Cadeia produtiva do leite, com foco na recuperação de queijeiras comunitárias, adequando-as aos requisitos da legislação sanitária de forma que obtenham condições plenas de acessibilidade ao mercado aberto a partir do registro no Serviço de Inspeção Estadual.

- **Vale do Piancó/Piranhas** – Cadeia produtiva de piscicultura e Arranjo Produtivo do Arroz Vermelho para beneficiar 800 famílias, organizadas em 18 associações comunitárias dos municípios de Itaporanga, Piancó, Boa Ventura, Diamante, Pedra Branca e Nova Olinda.
- **Cariri** – Cadeira Produtiva do Leite com ênfase a readequação das queijeiras e combate sistemático à praga da Cochonilha do Carmim.
- **Brejo** – Arranjos Produtivos Locais da Fruticultura e da Floricultura, além da cadeia produtiva da piscicultura em tanques escavados.
- **Litoral** – Arranjos Produtivos da Horti-fruticultura de base agroecológica, com foco na sua inserção mercadológica, de caráter institucional e vendas diretas aos consumidores finais.
- **Todo Estado** – Fortalecimento da Cadeia Produtiva de Apicultura, estruturando-a para inserção mercadológica interna e externa, mediante a construção e aquisição de equipamentos para as unidades/módulos de extração e entrepostos de mel, em nível tecnológico compatível às exigências do Ministério da Agricultura na concessão de registro no Serviço de Inspeção Federal – SIF.



(PARAÍBA, 2006)

Quanto ao desempenho do Projeto, a tabela abaixo traz um quadro geral da execução.

TABELA 15- Desempenho do Projeto de Redução da Pobreza Rural-PRPR

Indicadores de desempenho	Resultado
<i>Subprojetos Comunitários</i>	
Subprojetos implementados (total)	487
– Infraestrutura	326
– Social	5
– Produtivo	156
Beneficiários	
– Famílias	26.839
– Mulheres assistidas em subprojetos produtivos	2.559
– Associações comunitárias	485
– Municípios	156
– Comunidades	824
<i>Desenvolvimento Institucional</i>	
Mobilização comunitária e treinamentos	
– Eventos com famílias, pessoas e associações comunitárias.	333
– Eventos com conselhos municipais	468
– Conselhos municipais unificados	178
Assistência técnica	
- Contratos com prestadores de serviços especializados	23
– Na implementação de subprojetos comunitários	131
<i>Administração do Projeto</i>	
Visitas de supervisão e monitoramento	
– A subprojetos comunitários	2.528
– Aos conselhos municipais (reuniões/visitas)	654
Relatórios de acompanhamento	
– Desembolsos e atualização do MIS	29
– Relatórios anuais e semestrais	1
Estudos realizados	7

Fonte: (PARAÍBA, 2006).

Tabela 16- Quantidade de subprojetos financiado com perspectiva a promoção do fortalecimento a questão de gênero

Tipologia / Gênero Presidente	Convênios	Famílias Beneficiadas	Valor (R\$)
INFRAESTRUTURA	326	17753	25.236.944,15
Feminino	130	6451	10.937.499,22
Masculino	196	11302	14.299.444,93
PRODUTIVO	156	8418	20.302.556,56
Feminino	46	2727	6.839.632,62
Masculino	110	5691	13.462.923,94
SOCIAL	5	668	1.427.481,10
Feminino	2	156	785.669,59
Masculino	3	512	641.811,51
Total	487	26839	46.966.981,81

Fonte: Projeto COOPERAR, 2014. Adaptada.

CAPÍTULO IV - PROJETO COOPERAR III: Paraíba Rural Sustentável– (2016-2021)

O Governo do Estado da Paraíba, atualmente, está no término da negociação com o Banco Mundial para a contratação de mais um empréstimo que proporcionará à execução do Projeto Paraíba Rural Sustentável. Esse mesmo terá duração de implantação compreendendo em seis (6) anos. O Projeto Paraíba Rural Sustentável, se apresenta como uma evolução de seus antecessores, acrescentando pontos cruciais como: Reduzir a vulnerabilidade agroclimática e aumentar o acesso a mercados da população rural pobre da Paraíba. “Essas ações promovem o desenvolvimento socioeconômico e o desenvolvimento regional e territorial integrado, ampliando a oferta de serviços básicos e do acesso a oportunidades, como prevê todo arcabouço legal nacional e estadual” (PROJETO COOPERAR, 2015, p. 10).

O custo total estimado do Projeto de acordo com a Lei Nº 10.487¹⁴ de 23 de junho de 2015 é de US\$ 80,0 milhões de dólares, dos quais US\$ 50,00 milhões de dólares serão provenientes do financiamento externo do Banco Mundial e US\$ 30,00 milhões de dólares serão aportados pela contrapartida local, oriundo de recursos do tesouro estadual, dos parceiros e dos beneficiários do Projeto. Como fica claro na tabela:

Tabela 17- Plano de Financiamento do Projeto Paraíba Rural Sustentável

 FONTE DE FINANCIAMENTO	
Banco mundial	US\$ 50,00 milhões.
Governo da Paraíba e beneficiários	US\$ 30,00 milhões.

Fonte: Elaboração Própria

Com novos componentes, instrumentos de gestão, critérios de seleção bem mais aferíveis que os outros Projetos concluídos. A Unidade Técnica (Projeto Cooperar) teve que passar por algumas transformações de caráter político, administrativo e técnico. Na área política duas mudanças ocorreram por parte do Governador da Paraíba Ricardo Vieira Coutinho, a primeira deslocou o Projeto Cooperar da Secretaria de Planejamento e Gestão-SEPLAG e incluiu na recém-criada Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido-

¹⁴O texto completo da Lei Nº 10.487 de 23 de junho de 2015 esta no Anexo nº E.

SEAFDS e a segunda foi através do Decreto Nº 35.836 de 29 de abril de 2015 que instituiu o Conselho de Articulação Política Institucional do Projeto Cooperar-CAIPC¹⁵.

Na primeira mudança o Governo interioriza mais as preocupação de desenvolvimento, já que essa secretaria está voltada para o Semiárido do Estado da Paraíba. Na segunda mudança o Governo caracteriza o direcionamento do Projeto Cooperar para o desenvolvimento social já que desloca o Cooperar do Conselho de Desenvolvimento Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável-CDEDRS criado Decreto Estadual nº 21.483, de 8 de novembro de 2.000, que tem como presidente o Secretário da Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura e Pesca-SEDAP, e comporta algumas secretarias e organizações voltado para a política agrícola e hídrica, diferente do Conselho de Articulação política do Projeto Cooperar que aglomera as secretarias que tem o direcionamento institucional voltada para a infraestrutura, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento social.Sendo assim, o Projeto Cooperar deixa de ser uma organização que é voltada para a zona rural e pequenos aglomerado urbano e passa a possuir característica de uma agencia de desenvolvimento regional.

Na área administrativa as mudanças foram feitas pelo Gestor Roberto da Costa Vital¹⁶ com a Portaria nº 04/2015 de 05 de maio de 2015publicada no Diário Oficial do Estado da Paraíba no dia 24 de maio de 2015. Compreende a modificação no Organograma do Projeto Cooperar III, Fluxogramas dos processos das demandas Componentes Aliança Produtiva e Redução da Vulnerabilidade Agroclimática, Relação dos 100 municípios considerados com maior grau de Vulnerabilidade Agroclimática e divisãodo Estado em quatro mesorregiões para a execução do Projeto Paraíba Rural Sustentável que são: Mata Borborema, Agreste Paraibano, Borborema e Sertão Paraibano.

Na área técnica as inovações foram implementadas pela equipe técnica do Projeto Cooperar, liderado pelo seu Gestor com ajuda dos técnicos do Banco Mundial, equipe técnicaconsultoria (FUNETEC),movimentos sociais, como também com várias reuniões e audiência pública realizada em todo Estado da Paraíba. São inúmeras as inovações e aprimoramentos técnicos que foram implementados no Projeto Paraíba Rural Sustentável-PPRS que compreende: Ferramentas de Gestãocomo: monitoramento de atividades e

¹⁵ Algumas Secretarias fazem parte deste conselho: Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia; Secretaria de Estado de Turismo e Desenvolvimento Econômico; Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano; Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido; Projeto Cooperar. Ver texto completo do Decreto no Anexo nºF.

¹⁶ Atual Gestor do Projeto Cooperar, desde o ano de 2011.

avaliação de impacto, a administração fiduciária, controles internos e auditorias, gestão dos procedimentos de salvaguardas socioambientais, mecanismos de ouvidoria, além de estudos relacionados ao projeto. Marcos de Gestão Socioambiental, Metodologia de Avaliação Socioambiental, Avaliação de Impactos Socioambientais, Plano de Gestão Socioambiental, Coordenação de Salvaguardas Socioambientais, Desafios para o Desenvolvimento da Economia Solidária.

O objetivo geral do projeto é promover a melhoria da qualidade de vida dos pequenos produtores rurais e de suas famílias mediante apoio à realização de intervenções visando: (I) aumentar a renda agrícola e não agrícola dos beneficiários; (II) reduzir os atuais níveis de insegurança hídrica; (III) disseminar práticas de conservação ambiental sustentáveis; e (IV) melhorar as condições sanitárias e de saneamento de habitações em situações críticas.

O Projeto tem como norteadores a preocupação *ecológica* já que atualmente o planeta passa por preocupantes transformações climáticas. Essa orientação vincula todo processo de investimento em subprojetos nas comunidades. Para isso, o Projeto Cooperar incorporou na sua política, ingredientes que visa proporcionar o desenvolvimento sustentável. *Desenvolvimento econômico* que sempre foi o interesse do Estado da Paraíba desde o primeiro programa financiado com os recursos do Banco Mundial “Os subprojetos apoiarão a geração de renda, inserção em cadeias produtivas e, conseqüentemente, a elevação econômica desta população vulnerável do estado da Paraíba” (PROJETO COOPERAR, 2015, p. 2). Por um tempo o objetivo era voltado para o combate à pobreza rural, alívio da pobreza rural e redução da pobreza rural, mas esse direcionamento era voltado no fim para o desenvolvimento econômico. Isso significa que com o PB Rural Sustentável, mesmo com a priorização para a questão do desenvolvimento sustentável implica que o direcionamento sempre é voltado para fortalecimento do desenvolvimento econômico. *Equidade Social* que está voltado para o combate à desigualdade social, criando oportunidades para fortalecimento dos meios de produções como acessibilidade da água para consumo e irrigação, preparo da terra e ampliação de oportunidade através de direcionamento de produção para o mercado. Cada subprojeto apresentado para financiamento deverá passar por uma Análise Ambiental e Social Preliminar (PREOJETO COOPERAR, 2015, p. 18).

O Plano de Gestão Socioambiental do PB Rural Sustentável inclui medidas preventivas e mitigadoras para impactos ambientais e sociais, por meio de um Plano de Gestão Socioambiental, Marco de Reassentamento Involuntário, Marco de Povos Indígenas e Quilombolas e Marco de Economia Solidária (PREOJETO COOPERAR, 2015, p. 19)

A atuação do PB Rural Sustentável é dividida em quatro componentes de atuação. Esses componentes compreendem toda estratégia, planejamento e operação do projeto que envolve desde o secretário executivo até os membros das entidades associativas. O projeto vem com muitos ingredientes como, por exemplo: o lançamento de editais para chamada pública; Plano de Gestão Socioambiental-PGS; Metodologia de Avaliação Socioambiental; um Sistema de Monitoramento e Informação; Marcos de Gestão Socioambiental; Avaliação de Impactos Socioambientais; Manual Ambiental e Social de Obras, que será o guia para os construtores; cursos, capacitação, oficinas e consultoria tanto para o pessoal interno do Projeto Cooperar como também para os membros das associações; Marcos Conceituais para a Gestão Socioambiental que compreende um conjunto de iniciativas que vai desde o manejo de pragas, habitats naturais e floresta, patrimônio cultural físico, economia solidária, segurança de barragem e marco de reassentamento involuntário que promove a realocação de pessoal para a construção de obras. Seguem na tabela, os componentes:

Tabela 18-Componentes do Projeto Paraíba Rural Sustentável

INGREDIENTES	PÚBLICO ALVO
Fortalecimento Institucional	Associações, Cooperativas e Conselhos municipais.
Acesso a água e Redução Da Vulnerabilidade	Associações e Cooperativas
Alianças Produtivas	Associações e Cooperativas
Gestão, Monitoramento E Avaliação.	Associações, Cooperativas e Conselhos municipais.

Fonte: Elaboração Própria

Fortalecimento Institucional: Este componente tem como função: (I) A realização de campanhas de comunicação e divulgação diferenciada; (II) Fortalecimento da capacidade institucional das Entidades Associativas e Conselhos Municipais; (III) Fortalecimento da capacidade institucional de Organizações de Produtores rurais; (IV) Fortalecimento da capacidade de prestadores de serviços técnicos.

Tabela 19- Alguns Indicadores De Desempenho Do Fortalecimento Institucional

Números de programas de rádio, de inserções nas redes sociais, TVs, boletins e periódicos.

Número de Entidades Associativas e de Organizações dos Produtores beneficiadas com eventos de capacitação.

Número de investimentos e de subprojetos identificados pelas comunidades, por tipo.

Número e tipos de eventos de capacitação proporcionados para os prestadores de serviços credenciados pelo Projeto

Fonte: Elaboração Própria

Acesso à Água e Redução da Vulnerabilidade Agroclimática: Neste componente o PB Rural Sustentável vem priorizar e corrigir, um pouco da difícil situação histórica do homem do campo no sertão paraibano que se encontra em tantas estiagens. Para potencializar a agricultura e pecuária, como também o abastecimento d'água doméstico o projeto contempla uma toda gama de priorização a municípios que apresentam uma alta taxa de vulnerabilidades que compreende desde o índice pluviométrico até a própria questão da pobreza rural. No sentido de fortalecer a população que residem nestes municípios o PB Rural Sustentável vem procurar financiar proposta que resulte numa convivência do agricultor com o meio ambiente mais propício o “armazenamento de água para produção agrícola e pecuária, sistemas de abastecimento, poços, complexos sanitários individuais, melhoria do acesso rural, apoio à agricultura irrigada, a pecuária, a produção de diversos tipos alimentares e mini-indústrias” (COOPERAR, 2015, p. 17).

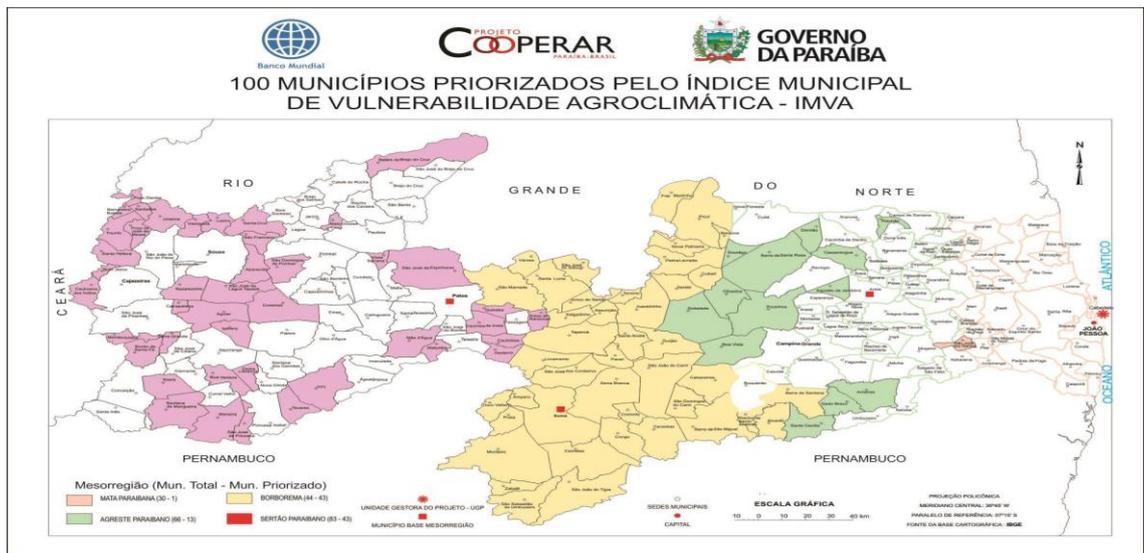
Logo abaixo na Tabela 20, é apresentado os indicadores que foram utilizados com parâmetro para a escolha dos 100 municípios prioridade do Estado.

Tabela 20-Indicadores utilizado para priorizar os 100 municípios.

CATEGORIA	INDICADORES
Meteorologia	Climatologia
	Aridez
Produção agrícola	Produtividade agrícola por hectare
	Produção agrícola por habitante
	Utilização da área colhida com culturas de subsistência
	Perda de safra
	Nº de agricultores aderidos ao seguro safra por 100 habitantes rurais
Aspectos sociais	Índice de Desenvolvimento Humano
	Proporção de famílias beneficiadas com bolsa-família
	Taxa de cobertura de abastecimento urbano de água

FONTE: Elaboração Própria

Segue abaixo o Mapa de priorização dos 100 municípios com maior vulnerabilidade agroclimática.



Fonte: (PARAIBA, 2015)

Então se dividem assim:

-Água e Saneamento - Abastecimento de água potável, de fornecimento de sistemas simplificados, sistemas de reuso de água e dessalinizador.

Exemplo de Subprojeto: Abastecimento de Água Singelo (ADS), Abastecimento de Água Completo (ADC) e Adequação de Abastecimento d'Água (AAD), cisternas de placa, cisternas de tela de alamedado e cisternas calçadão, construção de açudes, tanques de pedra e barreiros, Complexos Sanitários Domiciliares com ou sem sistema de reuso das águas cinza, e Sistema de Reuso de Águas Cinzas – Bioágua, dessalinizador.

-Redução da Vulnerabilidade Agroclimática- O abastecimento e armazenamento de água para produção agrícola e pecuária, fortalecimento da agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional, a gestão dos recursos naturais para uma melhor convivência com a seca e melhoria de acesso rural. Os municípios priorizados para serem beneficiado pelo Projeto Cooperar no que se refere à Redução da Vulnerabilidade Agroclimática. Segue abaixo no Mapa e em seqüência um fluxograma de todos os passos que as entidades associativas precisam percorre para ter acesso ao benefício.

Exemplo: Barragens subterrâneas, barragens subterrâneas associadas a poços amazonas pré-moldados, e um sistema de barramento de água e solos que utiliza pneus, conhecido como Bapucosa, distribuição elétrica rural, melhoria de acesso rural e Passagem Molhada.

Alianças Produtivas: Neste componente os subprojetos primeiro terão que passar por uma avaliação de viabilidade de mercado para só depois serem elaborados e terem o investimento. Serão financiados subprojetos (obras, bens e serviços) de organizações de produtores familiares, através de investimentos compartilhados, incluídos em planos de negócios acordados com compradores, seguindo as especificações do mercado.

Financiará subprojetos de organizações de produtores familiares, através de investimentos compartilhados, incluídos em planos de negócios acordados com compradores, seguindo as especificações do mercado. Exemplo: Mini-indústria de Produtos Alimentícios, Usina de Beneficiamento de Leite e Unidade de Produção de Queijo, Mini-indústria de produtos têxteis, complexo fabril Têxtil e Mini-indústria de Confecções, Apoio à agricultura de sequeiros, Apoio à agricultura irrigada, Apoio à Fruticultura, Apoio ao cultivo do arroz vermelho, Apoio à agricultura familiar, Horticultura agroecológica, Cultivo de Forragens com sub-irrigação e Apoio à Floricultura, Apoio à ovinocultura, Apoio à Caprinocultura, Apoio à ovinocultura, Sistemas integrados para a Criação de Caprinos, Apoio à avicultura, Aviário alternativo, produção de codornas, Sistema siscal integrado (suinocultura) e apoio à bovinocultura leiteira, Centro de Beneficiamento e Comercialização da Agricultura Familiar, Apoio à comercialização de Animais, Apoio à Produção e Comercialização Artesanal, apoio à piscicultura, Piscicultura em sistema alternativo, Apoio à carcinicultura e Filetagem de tilápia, reciclagem de resíduos sólidos, casa de produção de farinha, Unidade de Produção de Polpa de Frutas entre outras.

Como requisito para ter acesso aos recursos do Paraíba Rural Sustentável, a entidade associativa deve entrar com no mínimo 30 % do valor do projeto nas Alianças Produtivas. Outro requisito é que a maioria dos associados seja considerada pequeno produtor rural, ou seja, que tenha no máximo quatro módulos fiscais de terra. Quando apresentada à proposta de financiamento a associação também tem que apresentar o comprador das mercadorias sendo isso condicionante para a aprovação do projeto.

Gestão, Monitoramento e Avaliação: Neste Componente o Projeto Cooperar será subsidiado com informações procedente do Sistema de Monitoramento e Informação (MIS) o qual é o banco de dados atualizado, que é alimentado por todas as gerências no território paraibano, permitindo assim que seja feito estudo para a melhor compreensão do andamento do projeto, como também auxiliar na tomada de decisão, com também na elaboração das auditorias, relatórios entre outros instrumentos de gestão. Com esse banco de dados este componente acompanha com objetivo de observar os dados e interpretar-los para a devida aferição dos objetivos alcançados.

Apoiará o Projeto Cooperar na execução do Paraíba Rural Sustentável na gestão técnica, financeira e administrativa. Neste componente também está incluídos a responsabilidade de verificar se todos os recursos pré-programados estão garantidos para que não ocorra nenhuma eventualidade insatisfatória. (I) Coordenação e gestão do projeto, (II) Ouvidoria, (III) Controles internos e auditoria, (IV) monitoramento e avaliação de impacto, (V) salvaguardas sociais e ambientais, (VI) Avaliação independente dos Planos de Negócios.

Marcos da Gestão Socioambiental:

Marco de Manejo e Controle de Pragas: Busca atender estratégias de controle de pragas e parasitas por meio de métodos biológicos ou ambientais que diminuam a dependência de pesticidas dos tipos químicos sintéticos;

Marco de Habitat Naturais e Florestas: Estabelece que a preservação dos habitat naturais associada a outras medidas protetoras é essencial para o desenvolvimento sustentável;

Marco de Patrimônio Cultural Físico: Será utilizado em eventuais intervenções ocasionadas pela fase de planejamento, construção e operação das obras do Projeto PB Rural Sustentável;

Marco de Segurança de Barragens: Se aplica quando o subprojeto apresentar relação com alguma barragem existente;

Marco de Reassentamento Involuntário: Tem a função de esclarecer aos agentes públicos e privados envolvidos, que parâmetros devem ser observados e os procedimentos a serem seguidos nas ações de reassentamento das populações que venham a sentir os efeitos da realização das obras envolvidas neste escopo;

Marco Conceitual de Economia Solidária: Apresenta um panorama da área no estado da Paraíba e traça diretrizes que fomentam o enquadramento dos subprojetos nessa modalidade de negócio social;

O **Marco de Povos Indígenas e Quilombolas:** Traça ações que tem como objetivo garantir e promover a identificação dos Povos Indígenas e Comunidades Quilombolas na área do PB Rural Sustentável;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todas as etapas desta política o principal objetivo é levar o desenvolvimento e o combate à precariedade na condição de vida do homem no campo. A falta d'água, o analfabetismo, a infraestrutura e a fome, entre tantos outros problemas que sempre acompanharam a história da população rural paraibana.

De acordo com o processo histórico social, político e tecnológico do momento da contratação dos empréstimos junto ao Banco Mundial, se formulavam políticas com características e propriedade capaz de amenizar os problemas presente ao homem do campo. A forma como esta política era executada sofreu durante sua existência, no Estado da Paraíba, uma desconcentração quando a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE e a Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República-SDR/PR deixam de ser a formuladora das políticas, aprovação e fiscalização.

Já o processo de descentralização da esfera pública para a sociedade civil só foi possível depois da democratização do país. No Estado da Paraíba, foi alcançado de maneira amena nos início dos anos 1990 e só fortalecido, sem interferência político-partidária em 2011 quando os Conselhos de Desenvolvimento Rurais Sustentável-CMDRs ganha o papel exclusivo de eleger e priorizar as demandas, além de ter autonomia na execução, contratação e fiscalização dos recursos financeiros recebido do Projeto Cooperar. Nisto o amadurecimento político da população tanto no quesito político partidário, como no fortalecimento da economia associativa e doméstica é visível pela qualidade de vida e surgimento de lideranças municipais advinda do campo, na quantidade de vereadores e prefeitos, secretários da agricultura municipais, cargos de confiança entre tantos outros.

A importância desta política no Estado da Paraíba é inquestionável. Os próprios dados tem esse potencial de mostrar tal importância, desde a implantação de milhares de cisternas em comunidades pobres e carentes de água, como também as eletrificações rurais no interior do Estado trouxeram além de dignidade à cidadania, o conhecimento de culturas diferente através dos aparelhos de comunicação social (TVs e Rádios). Por que não dizer as dezenas de tratores distribuídas nos assentamentos da reforma agrária que possibilitaram o fortalecimento da cadeia produtiva, e entre tantos recursos financeiros injetado na economia local através da aquisição de mão-de-obra e material de construção aquecendo assim a economia local.

Além de destacar as relações que a pobreza rural tem com o desenvolvimento social, este trabalho mostra a importância desta política durante todas as etapas no Estado da Paraíba. As ações desenvolvidas pelo Projeto Cooperar durante toda a sua existência, que é direcionada ao pequeno produtor rural, está voltada para minimizar as consequências do modelo econômico que é excludente e altamente competitivo, deixando milhares de camponeses, que não tiveram a oportunidade de qualificação no mercado de trabalho, se encontra à margem do processo econômico. Então, o Estado se preocupa de manter o espaço geográfico ocupado e uma população economicamente inativa e excluída, a oportunidade de inclusão.

Por fim, este trabalho deixa uma base para futuros estudos na área de desenvolvimento regional. Já que este trabalho não adentrou nos modelos de desenvolvimento adotado nas diversas etapas da Política de Combate à Pobreza na Paraíba, como também um aprofundamento nos resultados quantitativos e até qualitativos, já que é escassa a informação sobre os primeiros programas como o Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado-PDRI e o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural-PAPP.

Bibliografia

- ACCIOLY, A. B. D. C. **Pobreza no Campo**. João Pessoa: [s.n.], 2003.
- ALBERTO MARQUES ET AL. **Memória Incra 35 anos**. Brasil: Incra, 2006.
- ANDRADE, M. C. D. **A terra e o homem no Nordeste**. 2. ed. Brasil: Editora Brasiliense, 1964.
- AQUINO, A. V. D. **Filipéia, Frederica, Paraíba**. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1988.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório N° P-2207-BR**. [S.l.]. 1978.
- BRASIL. **Decreto n° 91.179**. Brasília: Diário Oficial da União. 1 Abril 1985.
- BRASIL. **Legalidade sobre o uso das normas do Banco Mundial**. Brasília: Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão: Secretária de Assuntos Internacionais, 1991.
- BRASIL. **DECRETO N°- 4.854, DE 8 DE OUTUBRO DE 2003**. Brasília: Diário Oficial, 2003. 7 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4854.htm>. Acesso em: 15 Maio 2015.
- CARVALHO, F. F. D. **SUDENE: DO DESENVOLVIMENTO CEPALINO AO DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO**. FORTALEZA: [s.n.]. 29-30 OUTUBRO 2008.
- CELSO CARLOS FERNANDES DUARTE. **Manual Prático em Piscicultura**. João pessoa: SEBRAE, 2005.
- COOPERAR, P. Avaliação de Impactos Socioambientais. In: COOPERAR, P. **Projeto PB Rural Sustentável**. 01. ed. Cabedelo: Projeto Cooperar , v. 01, 2015. p. 39.
- DESENVOLVIMENTO Comunitário e Combate à Pobreza no Nordeste. [S.l.]: [s.n.], 2000.
- GOVERNO DA PARAÍBA, BANCO INTERAMERICANO PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO. **Acordo de Garantia de Empréstimo**. Brasil: [s.n.]. 1998.
- GOVERNO FEDERAL. **Decreto n° 91.178**. Brasília: [s.n.]. 1 Abril 1985.
- MIRANDA, C. **DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL NO BRASIL: UMA EXPERIENCIA DO IICA**. Brasília: [s.n.]. novembro 2002.
- MUNDIAL, B. **Reatório n° 21790-BR- Combate à Pobreza Rural no Brasil : Uma Estratégia Integrada**. Departamento do Brasil. 2001.
- OLIVEIRA, J. E. D. Impacto das Ações do Projeto Cooperar: Associativismo na apicultura contribuindo para sustentabilidade do semi-árido, João Pessoa, 2006.
- PARAÍBA (ESTADO). **Manual de Operação do Projeto de Redução da Pobreza Rural**. 01. ed. Cabedelo: Projeto Cooperar, v. Único , 2011.
- PARAÍBA. Um Projeto que acredita na capacidade de organização das comunidades rurais. **Revista Cooperar**, 1997.
- PARAÍBA. **Manual de Operação: Acordo de Empréstimo N° 4251/BR**. 01. ed. Cabedelo: Projeto Cooperar, v. único, 2001.
- PARAÍBA. **Diário Oficial do Estado da Paraíba**. João Pessoa: [s.n.]. 22 Novembro 2005.

PARAÍBA. **Relatório de Conclusão do Projeto de Combate à Pobreza Rural-Contrato de Empréstimo nº 4251-BR**. Cabedelo: Projeto Cooperar, 2006.

PARAÍBA. **Decreto nº 29.005**. João Pessoa: Diário Oficial da Paraíba. 28 Dezembro 2007.

PARAÍBA. **Contrato de Empréstimo**. Projeto Para o Alívio da Pobreza Rural. Brasil: [s.n.]. 2010.

PARAÍBA. **Anuário Estatístico da Paraíba**. IDEME. João Pessoa, p. 3151. 2012. (38).

PARAÍBA. Resolução nº 093/2012, João Pessoa, p. 14, 14 Outubro 2012. Disponível em: <<http://paraiba.pb.gov.br/diario-oficial-14-10-2011/>>. Acesso em: 10 Junho 2015.

PARAÍBA. **RESOLUÇÃO Nº 086D 2011**. CONSELHO ESTADUAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - CEDRS. João Pessoa: Diário Oficial da Paraíba. 24 maio 2014. p. 21.

PARAÍBA. **Diário Oficial do Estado da Paraíba**. João Pessoa: Governo da Paraíba. 12 maio 2015.

PARAÍBA, (. **Acordo de Garantia de Empréstimo**. Brasil: [s.n.]. 1998.

PEREIRA, J. M. M. A DISPUTA POLÍTICO-IDEOLÓGICA ENTRE A REFORMA AGRÁRIA REDISTRIBUTIVA E O MODELO DE REFORMA AGRÁRIA MERCADO DO BANCO MUNDIAL (1994-2005), Brasília, 2005.

PEREIRA, J. M. M. A política agrária do Banco Mundial em questão, Maio 2006. 29. Disponível em: <S0103-40142006000200024&script=sci_arttext>. Acesso em: 03 junho 2015.

PROJETO COOPERAR. Avaliação de Impactos Socioambientais. [S.l.]: [s.n.], 2015.

PROJETO COOPERAR. **O Projeto Cooperar Revolucinou o Processo Econômico na Zona Rural**. Cabedelo: [s.n.], 1998.

PROJETO COOPERAR. Governo vai incrementar a oferta de água na zona rural, para agilizar o abastecimento de água potável e irrigação no campo. **Revista Cooperar**, 1999.

PROJETO COOPERAR. **Manual de Operação**. Cabedelo-PB. 2011.

PROJETO COOPERAR. Ascensão Socioeconômica. **Revista Paraíba Rural Sustentável**, Cabedelo, v. 1, p. 49, 2014.

PROJETO COOPERAR. Plano de Gestão Socioambiental, Julho 2014.

PROJETO COOPERAR. assistência aos beneficiários. **Revista Paraíba Rural Sustentável**, Cabedelo, n. 02, p. 23, outubro 2015.

PROJETO COOPERAR. **Consultas Públicas**. [S.l.]: [s.n.]. Julho 2015.

PROJETO COOPERAR. Sumário Executivo. Cabedelo: Projeto Cooperar, v. I, 2015. Disponível em: <http://www.wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/LCR/2015/07/10/090224b082fe70b4/2_0/Rendered/PDF/Brazil000Parai0ronmental0assessment.pdf>. Acesso em: 05 Agosto 2015.

PROJETO NORDESTE-COMISSÃO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL. **Proposta e Recomendações para a Reorientação do PAPP**. João Pessoa. 1989.

RODRIGUES, D. M. D. F. F. A paisagem agrária paraibana, 2006.

RODRIGUES, M. D. F. F. **Adentrando ao Campo**: Análise da Pobreza Rural no âmbito do Projeto Cooperar na Paraíba. João Pessoa: [s.n.]. 2002.

SABOURIN, E. **Ação coletiva e organização dos agricultores no Nordeste semi-árido**. [S.l.]: [s.n.]. 1999.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E PESCA-SEDAP. **Relatório Anual da Secretária**. João Pessoa. 2011.

SECRETÁRIA DO TESOIRO NACIONAL. **Carta Gerencial; Relatório de Auditoria**. Brasil. 1987.

SILVA, I. B. D. **Trabalho de Conclusão de Curso**. João Pessoa: UFPB, 1998. Trabalho de Conclusão de Curso.

SOARES, R. P. **Avaliação do Financiamento do Banco Mundial ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste (PAPP)**. [S.l.]. 1997.

SOUSA, M. R. G. D. A Política De Desenvolvimento do Banco Mundial No Nordeste Brasileiro : O Caso Dos Projeto de Redução da Pobreza Rural e o Cooperar na Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3165/1/PDF%20-%20Melissa%20Rejane%20Grangeiro%20de%20Sousa.pdf>>. Acesso em: 05 Agosto 2015.

SUDENE. **III PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO PARA O NORDESTE**. Brasil: SUDENE, 1966-1968. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/III%20Plano%20Diretor%20pag%20001%20a%20099.pdf>>. Acesso em: 10 Maio 2015.

VIEIRA, F. L. R. Pobreza e desenvolvimento no Nordeste, São Leopoldo, p. 1-9, 2007. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0244.pdf>>. Acesso em: 11 Maio 2015.

VIEIRA, F. L. R. **O Banco Mundial e o Combate à Pobreza no Nordeste: o caso da Paraíba**. [S.l.]: [s.n.]. jan/abril 2008. p. 113-129.

APÊNDICE

APÊNDICE A- leis e decretos relacionados com a criação, regulamentos e transformação do projeto cooperar.

UNIDADE TÉCNICA	PROGRAMA	LEIS/DECRETOS
CEPA-COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGROPECUÁRIO.	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO-PDRI	NÃO ENCONTRADO.
PROJETO NORDESTE-PNE	PROGRAMA DE APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL-PAPP.	DECRETO Nº 91.178, DE 1 DE ABRIL DE 1985-PROJETO NORDESTE-NACIONAL.
		LEI Nº 5.760/1993- INSTITUI O NOVO PROJETO NORDESTE-PB.
		DECRETO Nº 91.179 DE 1 DE ABRIL DE 1985- DISPOE SOBRE AS ESTRATÉGIA DO PROGRAMA DE APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL.
PROJETO COOPERAR I	PROJETO DE COMBATE A POBREZA RURAL-PCPR	LEI Nº 6.523 DE SETEMBRO DE 1997-PROJETO COOPERAR I REGIMENTO INTERNO, DECRETO Nº 19.328 DE 26 DE NOVEMBRO DE 1997.
PROJETO COOPERAR II	PROJETO DE REDUÇÃO DA POBREZA RURAL-PRPR	NOVO REGIMENTO INTERNO DECRETO Nº 29.005 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007
PB RURAL SUSTENTÁVEL /PROJETO COOPERAR	PROGRAMA PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL-PPRS	DECRETO Nº 35.836 DE 29 DE ABRIL DE 2015, INSTITUI O CONSELHO DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA INSTITUCIONAL DO PROJETO COOPERAR.
		LEI Nº 10.487 DE 23 DE JUNHO DE 2015-AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO JUNTO AO BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO-BIRD
		PORTARIA Nº 04/2015 DO GESTOR DO PROJETO COOPERAR-AJUSTA A ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL DO PROJETO COOPERAR EM SEUS ANEXOS I, II, III, IV E TABELA 01.

Fonte: Elaboração Própria.

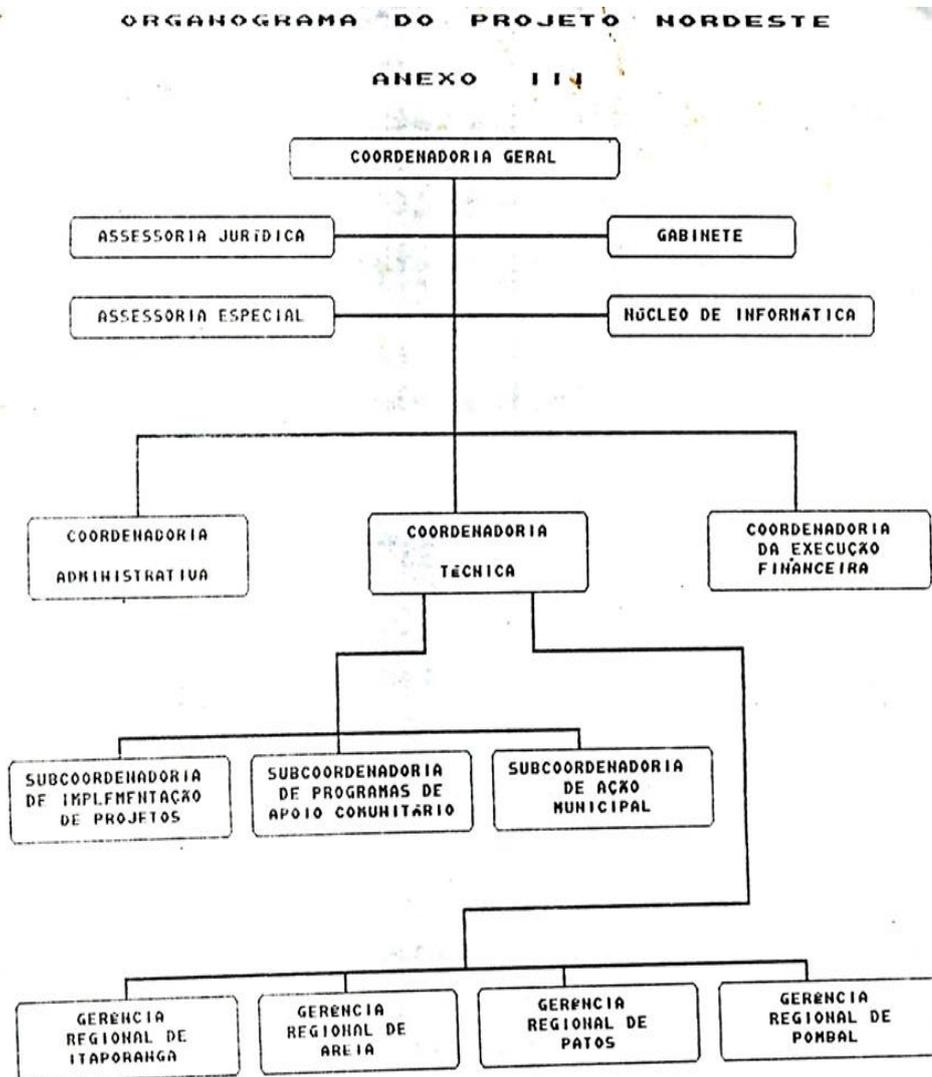
APÊNDICEB- nordeste - número e área dos estabelecimentos agrícola-1940-1960.

Grupo de área-hectare	1950		1060					
	Nº de Estabelecimentos	%	Áreas das propriedades	%	Nº de Estabelecimentos	%	Áreas das propriedades	%
Menos de 10(há)	369.141	50,0	1.441.391	3,4	869.332	61,7	2.735.420	4,3
De 10 a 20	109.850	14,9	1.555.361	3,6	154.134	10,0	2.128.970	3,4
De 20 a 50	118.632	16,1	3.723.214	8,7	178.966	12,7	5.529.545	8,7
De 50 a 100	59.730	8,1	4.164.046	9,7	88.395	6,3	6.093.684	9,6
De 100 a 500	65.261	8,8	13.562.349	31,6	92.550	6,6	18.912.193	29,7
De 500 a 1000	8.108	1,1	5.531.512	12,9	12.820	0,9	8.648.988	13,6
Mais 1000 (há)	5.029	0,7	12.909.725	30,1	7.713	0,5	19.522.352	30,7
Total	737.604	100	42.887.598	100	1.409.740	100	63.571.152	100

Fonte: (SUDENE, 1968, p. 25).

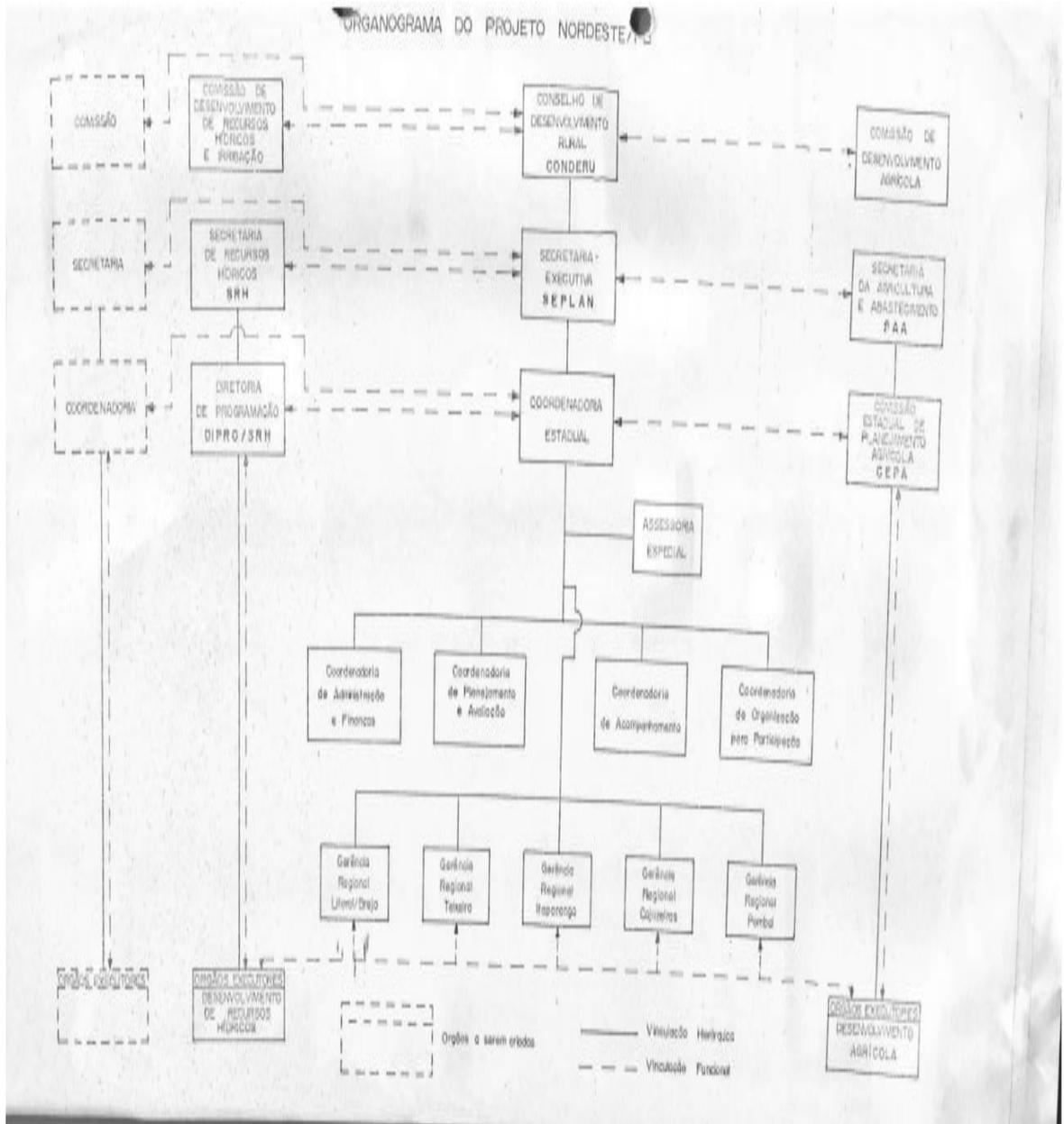
ANEXO

ANEXO A- organograma do Projeto Nordeste- 1985



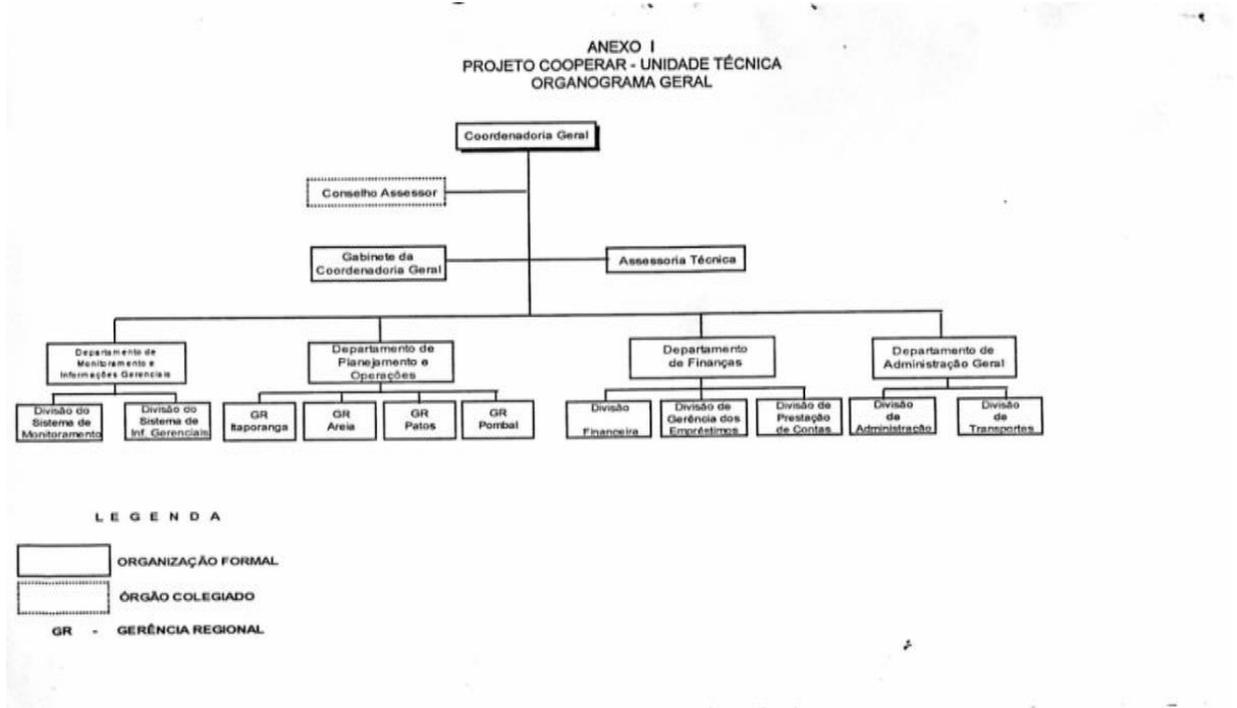
Fonte: (Paraíba,1985)

ANEXO B- Organograma do Projeto Nordeste depois de ser reformulado- 1993



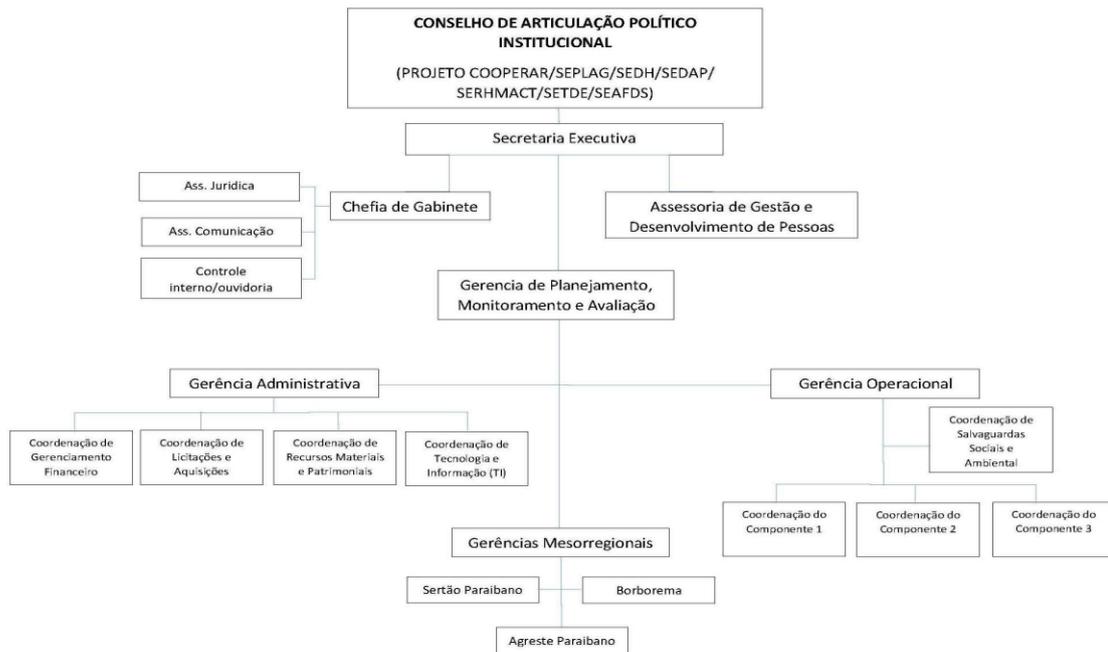
Fonte: (Paraíba, 1993)

ANEXO C- Organograma do Projeto Cooperar 1997



Fonte: (PARAÍBA, 2007)

Anexo C- Organograma do PB Rural Sustentável-2015.



Fonte: (PARAIBA, 2015)

ANEXO D- Lei que Dispõe sobre a unificação Dos Conselhos Municipais.

**CONSELHO ESTADUAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL -
CEDRS**

RESOLUÇÃO Nº 086D 2011 João Pessoa, 13 de setembro de 2011

**DISPÕE SOBRE RECOMENDAÇÕES PARA A
UNIFICAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE
DESENVOLVIMENTO RURAL COM OS CONSELHOS
MUNICIPAIS DO PROGRAMA DE COMBATE A POBREZA
RURAL**

O Plenário do **CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Estadual nº 21.483, de 8 de novembro de 2.000, alterado pelo Decreto Estadual nº 26.564, de 21 de novembro de 2.005, publicado no Diário oficial do Estado no dia 22 de novembro de 2005; **Considerando** a necessidade de integrar as diversas políticas públicas federais, estaduais e de outras fontes, para o desenvolvimento rural, em uma única instância de discussão e deliberação nos municípios do Estado; **Considerando** que a existência de instância municipal unificada para todas as políticas, programas e ações dos governos federal, estadual e municipal contribui fortemente para integrar essas ações, reduzindo custos e ampliando oportunidades de promover o desenvolvimento rural dos municípios e, por conseguinte do Estado; **Considerando** ainda que as normas do Projeto COOPERARD PB ampliando a participação da sociedade civil contribuem para dar maior representatividade a essas instâncias unificadas.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Recomendar aos municípios do Estado da Paraíba que promovam a unificação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural com os Conselhos Municipais do Programa de Combate a Pobreza Rural, como forma de integração das políticas públicas para o desenvolvimento rural; Artigo 2º - Recomendar aos municípios do Estado da Paraíba que

atendam as recomendações dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural de terem uma composição representativa, diversa e plural dos atores sociais relacionados ao desenvolvimento rural, contemplando as seguintes situações:

I - Os representantes da sociedade civil devem ser no mínimo Oitenta por cento (80%) dos membros dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural;

II - que os representantes das entidades públicas federais, estaduais e municipais sejam no máximo vinte por cento (20%) do total de membros dos Conselhos Municipais;

III - que, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das vagas sejam ocupadas por representantes de entidades da sociedade civil organizada, que representem diretamente os agricultores familiares do município (movimentos sociais, entidades sindicais, cooperativas e/ou associações produtivas, comunitárias);

IV - que os Conselheiros (as) sejam indicados (as) pelas respectivas organizações anexando a ata da reunião da indicação, para formalização junto às secretarias dos Conselhos Municipais;

Parágrafo único: Conforme a Resolução nº 048 (16D 9D 2004), do CONDRAF entende-se por agricultor(a) familiar, o conceito adotado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, que inclui:

a) produtores (as) rurais cujo trabalho seja de base familiar, quer sejam proprietários (as), posseiros (as), arrendatários (as), parceiros (as) ou concessionários (as) da Reforma Agrária;

b) remanescentes de quilombos e indígenas;

c) pescadores (as) artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorem a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em parceria com outros pescadores artesanais;

d) extrativistas que se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável;

e) silvicultores (as) que cultivam florestas nativas ou exóticas, com manejo sustentável;

f) aquicultores (as) que se dediquem ao cultivo de organismos cujo meio normal, ou mais frequente de vida seja a água.

Artigo 3º - Recomendar aos municípios que o Conselho unificado continue a se denominar de Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e que seja instituído por lei específica aprovada nas Câmaras Municipais;

Artigo 4º - solicitar as administrações públicas dos municípios que após a devida instalação do conselho e posse de seus integrantes sejam encaminhados a Secretaria Executiva do CEDRSD PB, os seguintes documentos:

I – cópia da lei que criou o conselho municipal;

II – cópia do regimento interno do conselho;

III – cópia dos ofícios de indicação dos representantes das entidades que fazem parte do conselho;

IV – cópia da(s) portaria(s) de nomeação dos membros do Conselho;

V – cópia da ATA de instalação do conselho e de eleição e posse da diretoria;

Artigo 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário.

ANEXO E- Lei que autoriza o Governo do Estado da Paraíba a contratar empréstimo ao Banco Mundial.

ATO DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 10.487 DE 23 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

Autoriza o Governo do Estado a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, mediante prestação de garantia pela União e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em nome do Estado da Paraíba, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – **BIRD**, operação de crédito externo até o limite de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), com garantia da União, destinado ao financiamento do Projeto Paraíba Rural Sustentável - **PB RURAL SUSTENTÁVEL**.

Art. 2º A operação de crédito referida no artigo anterior deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado da Paraíba;

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – **BIRD**;

III – valor: até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, previstas na minuta contratual, poderão ser alteradas em função da data de sua assinatura.

Art. 3º A operação de crédito externo autorizado por esta Lei terá suas condições de prazo, encargos financeiros e variação cambial, definidos a partir das normas estabelecidas pelas autoridades monetárias encarregadas da política econômica e financeira da União, observadas as condições propostas pelo Agente Financeiro.

Art. 4º O Poder Executivo consignará nos Planos Plurianuais, nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e nos Orçamentos Anuais, durante o prazo estabelecido para o financiamento, os recursos provenientes da operação de crédito e os recursos necessários ao atendimento da contrapartida financeira do Estado no Projeto e dotações suficientes para amortização do principal, dos encargos e dos acessórios resultantes, em conformidade com as disposições contidas na presente Lei.

Art. 5º Para garantia da operação de que trata o artigo anterior, o Poder Executivo fica autorizado a oferecer contragarantia às garantias da União, podendo, para tanto, vincular as quotas de repartição constitucional das receitas tributárias estabelecidas nos art. 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias, definidas no art. 155 e nos termos do art. 167, § 4º, da Constituição Federal, ou outras garantias em direito admitidas.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir recursos financeiros não reembolsáveis, oriundos do financiamento junto ao **BIRD**, bem como as respectivas contrapartidas, através de convênios, para associações, cooperativas e outras entidades representativas comunidades rurais sem fins lucrativos, regularmente constituídos no Estado da Paraíba, visando à implementação de ações no âmbito do PB RURAL SUSTENTÁVEL.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 23 de junho de 2015; 127º da Proclamação da República.

ANEXO F- Decreto que cria o novo conselho do PB Rural Sustentável.

ATOS DO PODER EXECUTIVO SECRETARIAS DE ESTADO

DECRETO Nº 35.836 DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Institui o Conselho de Articulação Política Institucional do Projeto Cooperar, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso IV, da Constituição do Estado,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica instituído o Conselho de Articulação Política Institucional do Projeto Cooperar, com o objetivo de racionalizar os investimentos e otimizar os resultados das políticas e entidades que mantém interfaces com as ações do Projeto Cooperar, resguardadas as suas prerrogativas explícitas no Decreto nº 29.005, de 28 de dezembro de 2007.

Art. 2º O Conselho de Articulação Política Institucional do Projeto Cooperar será formado pelos titulares, ou substitutos formais, das seguintes Secretarias de Estado:

- I – Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento, Gestão e Finanças;
- II – Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia;
- III – Secretaria de Estado de Turismo e Desenvolvimento Econômico;
- IV – Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca;
- V – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano;
- VI – Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido;
- VII – Projeto Cooperar.

Art. 3º O Conselho será presidido pelo Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento, Gestão e Finanças, e terá o Gestor do Projeto Cooperar como secretário executivo.

Art. 4º São atribuições do Conselho:

- I – desenvolver diretrizes de atuação, visando ao cumprimento das ações pactuadas com as agências financiadoras;
- II – representar ou subsidiar representações do Governo do Estado junto ao Banco Mundial, em matérias de interesse do Projeto Cooperar;
- III – estabelecer o cronograma anual de reuniões ordinárias, após a celebração do novo acordo de empréstimo com o Banco Mundial e, formalmente, ter lançado o Projeto PB RURAL SUSTENTÁVEL.
- IV – buscar mecanismos de integração das ações do PB RURAL SUSTENTÁVEL com outros programas sociais desenvolvidos no âmbito do Estado;

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 29 de Abril de 2015, 127º da Proclamação da República.